

EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Nº 01/2026

Data: 17/06/2026

Às 09h00

<https://www.gov.br/compras/pt-br>

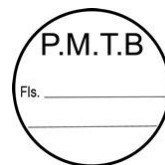
UASG:987915 – N.º Comprasnet 90001

OBJETO: AMPLIAÇÃO DO CMEI MARIA MAZZETTI.

licitacao@telemacoborba.pr.gov.br

(42) 3127-8169 - DENISE





PROCESSO LICITATÓRIO – PROTOCOLO Nº 10031/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PREÂMBULO

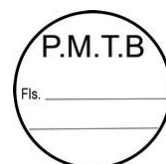
A Prefeitura de Telêmaco Borba, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, e sob a responsabilidade das Agentes de Contratação **Danielle Vieira Kuna Andrade, Denise Aparecida Mendes Maciel e Grazielle Rodrigues Prestes Honorato** designadas pelo Decreto nº 29.909 de 18 de outubro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao Processo de Despesa nº 88 de 14 de abril de 2026, e com a respectiva autorização do Exma. Prefeita, realizará a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº. 29.214/23, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: DATA: 17/06/2026	HORÁRIO: 09:00h
UNIDADE COMPRADORA: 987915 - NÚMERO DA COMPRA: 90001	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.	
OBSERVAÇÃO: <u>Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>	

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto a **AMPLIAÇÃO DO CMEI MARIA MAZZETTI**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação.
- 1.2. O objeto desta licitação será por Lote, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).
- 1.3. O lote é de **AMPLA DISPUTA**, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 2.599.192,52 (Dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos)** distribuído em **LOTE**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Prefeitura de Telêmaco Borba, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026	471	11	5	1029	3449051010000000000	104
2026	1190	11	5	1029	3449051010000000000	105
2026	1191	11	5	1029	3449051010000000000	107

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados em participar da licitação deverão atender às condições seguintes:

3.2.1. Credenciar-se previamente no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2.2. Remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

3.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Agente de Contratação de sua desconexão; e

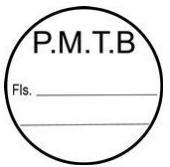
3.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante do certame.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 e nos termos da Lei 14.133/2021.

3.6. Não poderão participar desta licitação:



- 3.6.1.** Empresa cujo objeto social constante do estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Concorrência;
- 3.6.2.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.3.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.4.** A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.5.** A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.6.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 3.6.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
- 3.6.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 3.6.9.** Cooperativas;
- 3.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.
- 3.6.12.** O impedimento de que trata o item 3.6.11 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6.13.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3 e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.



3.6.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6.15. O disposto nos itens 3.6.3.e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.6.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.6.17. A vedação de que trata o item 3.6.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15, da Lei nº. 14.133/21 e no presente Edital.

4.2. A apresentação do Termo de Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelas consorciadas, deverá prever:

4.2.1. Indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

4.2.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

4.2.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada até o final da execução do contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante, ficando a substituição de consorciado condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

4.2.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrente desta licitação;

4.2.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

4.2.6. Obrigações de cada uma das consorciadas, individualmente, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao serviço previsto.

4.3. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

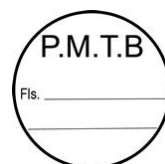


5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 5.1.** Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.
- 5.2.** As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 09h às 11h15min e das 13h15min às 17h.
- 5.2.1.** Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, municipais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Boletim Oficial do Município que interfiram no horário de funcionamento do órgão licitante.
- 5.2.2.** Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada da Concorrência.
- 5.2.3.** Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.
- 5.2.4.** Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.
- 5.3.** Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada da concorrência, através do Sistema.
- 5.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, através do endereço eletrônico: licitacao@telemacoborba.pr.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 6.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no sistema pelo Agente de Contratação no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 6.3.** A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Agente de Contratação.
- 6.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 6.5.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.6.** No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.



7. DA VISITA TÉCNICA

7.1. A empresa interessada em participar do certame licitatório poderá realizar visita técnica no local onde será executado os serviços, examinando, tomando ciência do estado das instalações, características, quantidades e eventuais dificuldades para execução dos serviços;

7.1.1. A visita tem por finalidade avaliar as condições atualmente existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, conseqüentemente, assegurem que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades da contratante;

7.1.2. A não realização da visita técnica, implica na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, posto que, não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento dessas informações;

7.1.3. O licitante que realizar a visita técnica deverá apresentar o Atestado de visita ao local do serviço a ser executado, fornecido pelo Servidor que acompanhou a visita, conforme Anexo IV.

7.1.4. O licitante que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar Declaração de pleno conhecimento do objeto da licitação (Anexo V);

7.1.5. A visita poderá ser realizada de segunda-feira a sexta-feira no horário das 08:00h às 11:00h e das 13:00 às 17:00h, acompanhado pelo servidor Leonardo Canova Lima até o quinto dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento pelo e-mail engleonardocanova@gmail.com ou pelo telefone (42) 3127-8407.

7.1.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



8.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.3 e 8.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

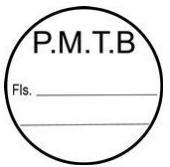
8.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

8.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 9.1.1.** Valor (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e valor total do item;
- 9.1.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 9.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 9.3.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 9.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 9.10.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nesse Edital.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 10.3.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.3.2.** A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



10.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR POR LOTE**, conforme definido neste Edital.

10.8. **A fase de lances se dará pelo valor total do LOTE. Após a conclusão da fase de lances a proposta readequada deverá ser anexada conforme Anexo do Modelo III deste Edital, contendo todos os itens que compõem o LOTE e seus respectivos valores unitários.**

10.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.13. MODO DE DISPUTA ABERTO

10.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.17. Encerrada a etapa anterior o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente;

10.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



10.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.20. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.

10.23. Em relação a itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.24. Nas condições acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.25. A melhor classificada nos termos do subitem anterior poderá encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

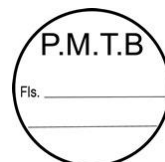
10.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará automaticamente um sorteio para definir qual fornecedor será convocado na sequência para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.28.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.28.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Municipal nº. 29210, de 2023;



10.28.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos do Decreto Municipal nº. 29211, de 2023.

10.28.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do Decreto Municipal nº. 29.214, de 2023, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.28.5. Caso a regra prevista na cláusula 10.28.4 deste Edital não solucione o empate, será realizado sorteio, nos termos da regulamentação municipal.

10.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado da classificação.

10.30. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.32. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

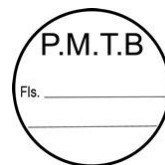
11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.2. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.3. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11.4. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº. 14.133/2021, e na cláusula terceira deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



11.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será excluído, por ausência de condição de participação.

11.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

11.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10. A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá conter:

11.10.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo III deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

11.10.2. Preços unitários e totais, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula;

11.10.3. Constar quantidade de unidades para cada item; descrição detalhada do objeto - conforme o Edital: indicando, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso); e descrição do objeto deve atender o disposto no ANEXO I do Edital, vinculando-se à licitante;

11.10.4. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

11.11. A proposta e a planilha orçamentária readequada, conforme o Cronograma Físico-Financeiro (Anexo II-B), devem ser enviadas com os valores unitários com 2 (duas) casas decimais, sendo que o valor TOTAL do item não pode ser superior ao ofertado na etapa de lances, ou seja, só serão aceitas propostas que o valor unitário do item multiplicado pela quantidade, resulte em um valor TOTAL igual ou inferior ao ofertado na fase de lances.

11.11.1. Caso os valores estejam em desacordo com o item acima, o Agente de Contratação enviará via chat, os valores unitário e totais que serão considerados



para o item.

11.12. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

11.12.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 11.12, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.14. Erros no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

11.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº. 14.133, de 2021.

12.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação e contado da solicitação do Agente de Contratação.

12.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA



a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

c) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.4.1. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I) Publicados em Diário Oficial; ou

II) Publicados em Jornal; ou

III) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.

c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas que utilizam o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital somente estarão dispensados de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital,



acompanhado do recibo de entrega. Este documento é assinado digitalmente, o que supre a ausência de assinatura no balanço apresentado na licitação.

e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

12.6.1.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial dos Sócios no domicílio da pessoa física, conforme artigo 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.6.1.2. Apenas serão aceitas certidões emitidas pelo TJDFR para as empresas sediadas no Distrito Federal, pois sua abrangência não inclui os demais processos de âmbito nacional.

12.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

12.6.2.1. Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade;

12.6.2.2. Os proponentes que forem sediados em outra jurisdição e, consequentemente inscritos no CREA de origem, deverão apresentar, para celebração do contrato, visto junto ao CREA do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966, em consonância com a Resolução nº 265, de 15 de dezembro de 1979 do CONFEA.

12.6.2.3. O(s) proponentes(s) que, por ocasião da habilitação, apresentar(em) a documentação referida no item 12.6.2.2 fica(m) dispensado(s) de reapresentá-la na celebração do contrato.

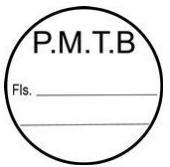
12.6.2.4. Certidão de registro do Engenheiro e/ou Arquiteto Responsável (Pessoa Física) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade;

12.6.2.5. Atestado de Capacidade Técnica **Profissional do Responsável Técnico Engenheiro e/ou Arquiteto**, que comprove experiência para o desempenho de atividade pertinente, equivalente ou superior ao objeto licitado, acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, CREA e/ou CAU, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e a identificação do serviço executado e o quantitativo básico executado e seu respectivo Acervo Técnico, devidamente certificado pelo CREA e/ou CAU.

12.6.2.6. Atestado de Capacidade Técnica **Operacional da Proponente** que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente, cujas parcelas de maior relevância e de valor significativo são as seguintes:

12.6.2.7. Execução de edificação em concreto armado e alvenaria convencional, com área mínima de 30% da área do presente objeto, cuja totalidade corresponde a 877,90 m².

12.6.2.8. Comprovação de possuir o responsável técnico exigido no item 12.6.2.4 em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica equivalente ou superior ao



objeto da licitação, cujo nome deverá constar na Certidão do CREA e/ou CAU: a ser feita da seguinte forma:

- I) Tratando-se de sócio da empresa, a comprovação se fará mediante a verificação do seu nome no contrato social da empresa;
- II) Tratando-se de empregado, a empresa deverá apresentar cópia da carteira de trabalho contendo anotações de contrato de trabalho ou cópia do livro de registro com as anotações do empregado;
- III) Tratando-se de prestador de serviço, a comprovação se fará mediante a apresentação de contrato de prestação de serviço firmado entre o profissional e a empresa.

12.6.2.9. A não apresentação de qualquer dos documentos solicitados para comprovação da qualificação técnica importará na inabilitação da licitante por descumprimento do contido neste edital.

12.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que todos os documentos estejam anexados no sistema (SICAF).

12.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

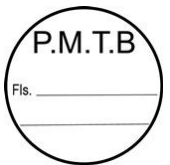
12.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.11. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.12. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

12.13. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.14. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver



dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.16. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.17. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.18. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.19. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, quando:

- a) Necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante;
- b) Para apuração de fato já existente à época da abertura do certame; ou
- c) Destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

12.20.1. Os documentos complementares, em fase de diligências, terão o prazo de envio estabelecido pelo Agente de Contratação, via “chat”, estipulando preferencialmente, o prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

12.21. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.24. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de **180 (cento e oitenta) dias** da sua expedição.

12.25. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.



12.26. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

13. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 Aceita a proposta e a(s) licitante(s) habilitada(s), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública e o resultado do julgamento será divulgado no sistema.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29.214, de 2023.

14.2 Quando o recurso apresentado for relativo ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio no sistema em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

14.3 O prazo recursal será contado a partir da divulgação do resultado da etapa de habilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, do julgamento das propostas.

14.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.5 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.6 Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

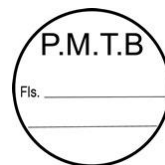
14.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo VII.

15.2 A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.



15.2.1 O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

15.3 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

15.4 Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.5 Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 14.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6 Por ocasião da convocação para assinatura do contrato a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

15.7 Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 14.6, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mediante solicitação do contratado e apresentação de nota fiscal referente ao(s) serviço(s) prestado(s) no período devidamente atestados pelo fiscal/gestor de contrato.

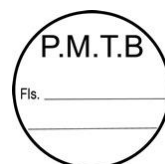
16.2 A emissão da nota fiscal e os pagamentos serão efetuados em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

16.3 A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

16.4 Deverá discriminar todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

16.5 Para o recebimento do pagamento a CONTRATADA deverá possuir conta corrente jurídica em nome da empresa, com os mesmos dados do contrato/empenho.

16.6 Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da apresentação da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco,



agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, desde que devidamente executados e recebidos pela fiscalização conforme previsto em contrato.

16.7 Os pagamentos a CONTRATADA serão efetuados após observado todas as normas legais vigentes, obrigando-se a mesma, a manter os requisitos exigidos de habilitação no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato/empenho.

16.8 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Anexo I - Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.

16.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

16.10 A fiscalização reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os bens entregues não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas neste Edital.

16.11 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

16.12 A Prefeitura de Telêmaco Borba poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital.

16.13 A Prefeitura de Telêmaco Borba fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

16.14 Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba é 76.170.240/0001-04 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

16.15 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, o valor devido será atualizado monetariamente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e acrescido de juros moratórios. A remuneração dos juros moratórios serão os mesmos aplicados a caderneta de poupança. Para apuração destes será considerado o período entre a data de seu vencimento, até a data do efetivo pagamento.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

17.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 Der causa à inexecução total do contrato;



17.1.4 Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;

17.1.5 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) Deixar de apresentar amostra (quando aplicável); ou

e) Apresentar proposta ou amostra (quando aplicável) em desacordo com as especificações do edital.

17.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa;

17.1.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada (quando aplicável);

17.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2 Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:

a) o descumprimento de obrigação acessória;

b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;

c) o descumprimento de cronograma; ou

d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.

17.3 Considera-se inexecução total:

a) o descumprimento da obrigação principal;

b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;

c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.1.1 Advertência;

18.1.2 Multa;



18.1.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Telêmaco Borba; e

18.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.2 Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelos licitantes durante o processo licitatório:

18.2.1 Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

18.2.1.1 De 0,5% do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.2.1.2 De 10% sobre o valor estimado, em caso de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

18.2.1.3 De 20% sobre o valor estimado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa;

b) fraude à licitação;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2.2 Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4 a 17.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) deixar de entregar a documentação exigida: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

18.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.7 a 17.1.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.4 a 17.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.



b) fraudar a licitação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) para os itens 17.1.4 a 17.1.6 que justifiquem imposição de penalidade mais grave: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até três anos.

18.2.3.1 Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:

18.2.4 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 17.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.2.5 Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

18.2.5.1 a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

18.2.5.2 a) moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

b) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

c) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto no contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

18.2.5.3 A multa prevista no item 17.2.5.2., “a” incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

18.2.5.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

18.2.5.4.1 Compensatória, nos seguintes percentuais:

18.2.5.4.1.1 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

18.2.5.4.1.2 20% sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;



- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

18.2.6 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, deste Edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.
- b) der causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.

c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

18.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 17.1.7 a 17.1.11, deste Edital, bem como as cláusulas 17.1.2, 17.1.3 e 17.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

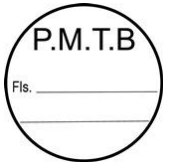
c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.



18.3 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133, de 2021, e no Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

18.4 Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

18.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.8 Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.9 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

18.10 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

18.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

18.12 São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

18.13 Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

18.14 Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:



a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;

b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

18.15 São circunstâncias atenuantes:

a) a primariedade;

b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;

c) a reparação do dano antes do julgamento; e

d) confessar a autoria da infração.

18.15.1 Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

18.16 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

18.17 A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.18 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.19 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.20 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para



o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

19.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.8 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

19.9 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Memorial Descritivo /Orçamento/Cronograma;

ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO IV – Modelo de Atestado de Visita;

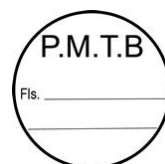
ANEXO V – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto da Licitação;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Obrigações;

ANEXO VII – Minuta do Termo de Contrato.

Telêmaco Borba, 07 de maio de 2026.

Denise Apª. Mendes Maciel
Agente de Contratação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável pela elaboração: Leonardo Canova Lima
Matrícula: 11067

1. OBJETO

Prestação de serviços técnicos especializados para a ampliação do CMEI Maria Mazzetti, localizado na Rua Guatemala, s/nº – Alto das Oliveiras, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos Executivos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo.

ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UN.	VALOR TOTAL
Ampliação do CMEI Maria Mazzetti	1	R\$ 2.599.192,52	R\$ 2.599.192,52

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº. 29202, de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como especiais, conforme justificativa constante no item 8.1 deste Termo de Referência.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 16 (dezesesseis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

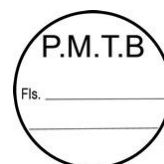
2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 a 76170240000104-0-000029/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 24/04/2025;

III) Id do item no PCA: 47;

IV) Classe/Grupo: 1.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se melhor detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023:

4.1.2. A contratada deverá apresentar um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, conforme especificado no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023 do Município de Telêmaco Borba, contemplando a coleta seletiva e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução do contrato. Esse plano deverá ser submetido e aprovado pelo órgão responsável antes do início da execução dos serviços.

4.1.3. O fornecedor deverá adotar medidas para a redução do consumo de recursos naturais, tais como água e energia, durante a execução do contrato, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023, do Município de Telêmaco Borba. Para tanto, é requerido que o fornecedor apresente um plano de eficiência energética e hídrica, demonstrando as ações a serem implementadas com o intuito de promover a economia e o uso responsável desses recursos. Este plano deverá ser submetido e aprovado pelo órgão responsável antes do início da execução dos serviços.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual como um todo.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.3.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.3.4. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.4. Vistoria

4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado pelo servidor Leonardo Canova Lima, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.



4.4.2. A vistoria deve ser agendada após a publicação do edital, tendo como prazo máximo para vistoria, 5 dias antes da data da licitação. Esta vistoria deverá ser agendada pelo e-mail engleonardocanova@gmail.com, ou pelo telefone 3127-8407.

4.4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.4.6. A vistoria poderá ser substituída, a critério do licitante, pelos seguintes documentos:

- a) declaração do representante legal da empresa de que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;
- b) declaração do responsável técnico de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A contratada deverá fornecer material, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços;

5.1.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.3. Início da execução do objeto: 5 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.4. As etapas dos serviços a serem realizados, cronogramas e métodos devem ser respeitados conforme explicado no **Anexo I – Memorial Descritivo e Anexo II – Cronograma**.

5.1.5. O local de execução dos serviços é o CMEI Maria Mazzetti, localizado na Rua Guatemala, s/nº – Alto das Oliveiras.

5.1.6. As Normas (ABNT, NR's), manual ou instruções informadas fazem parte integrante da descrição, as quais deverão ser observadas e executadas pelo contratado, independente de transcrição no presente Termo.

5.1.7. Todos os projetos estão gravados em mídia digital, assim como em vias físicas anexadas ao processo, que ficarão disponíveis ao vencedor da licitação.

5.2. Condições de Execução/Vigência

5.2.1. Prazo de execução de 8 meses;

5.2.2. O prazo de vigência da contratação é de 16 meses contados a partir da assinatura do Contrato ou instrumento semelhante, prorrogável conforme art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.3. Garantia e qualificação técnica

5.3.1. O prazo de garantia para todos os serviços executados deste termo de referência, memorial descritivo e projetos deverá ser de no mínimo de 5 (cinco) anos, contados a



partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Artigo 618 – Lei 10406/02, do Código Civil Brasileiro (o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, vícios ou defeitos ficando responsável por todos os encargos decorrentes).

5.3.2. Para o atendimento satisfatório da necessidade do Município e, conforme prática usual do mercado para o objeto do ETP em anexo, são necessários os seguintes requisitos para a contratação:

5.3.2.1. Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade.

5.3.2.2. Atestado de Capacidade Técnica Profissional do Engenheiro e/ou Arquiteto, que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente, equivalente ou superior ao objeto licitado acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, CREA e/ou CAU, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e a identificação da obra ou serviço executado e o quantitativo básico executado e seu respectivo Acervo Técnico, cujas parcelas de maior relevância e de valor significativo são as seguintes:

5.3.2.2.1. Execução de edificação em concreto armado e alvenaria convencional, com área mínima de 30% da área do presente objeto, cuja totalidade corresponde a 877,90 m².

5.3.2.3. Certidão de registro do Responsável Técnico (Pessoa Física) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade.

5.3.2.4. Comprovação de possuir, em seu quadro permanente de pessoal, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica equivalente ou superior ao objeto deste termo de referência, cujo nome deverá constar na Certidão do CREA e/ou CAU:

5.3.2.4.1. Tratando-se de sócio da empresa, a comprovação se fará mediante a verificação do seu nome no contrato social da empresa;

5.3.2.4.2. Tratando-se de empregado, a empresa deverá apresentar cópia da carteira de trabalho contendo anotações de contrato de trabalho ou cópia do livro de registro com as anotações do empregado;

5.3.2.4.3. Tratando-se de prestador de serviço, a comprovação se fará mediante a apresentação de contrato de prestação de serviço firmado entre o profissional e a empresa.

5.3.3. Os serviços deverão ser executados conforme a regulamentação das normas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.3.4. Os proponentes devem ter a capacidade financeira para realizar o trabalho proposto.

5.3.5. Os proponentes devem ser capazes de cumprir o prazo necessário para a conclusão do projeto.

5.4. Obrigações Gerais



5.4.1. DA CONTRATADA

5.4.1.1. Obedecer às especificações, observando a qualidade e prazos exigidos neste termo de referência;

5.4.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo durante a execução do contrato, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento por ventura efetuado pelo contratante;

5.4.1.3. Realizar os serviços no local indicado, devendo fornecer todos os materiais e mão de obra necessária para a execução dos serviços;

5.4.1.4. Realizar os serviços conforme orientação do técnico responsável da Secretaria Municipal de Educação e do engenheiro fiscal da obra;

5.4.1.5. A contratada deverá enviar seus técnicos devidamente identificados, com crachá e uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;

5.4.1.6. Caso haja defeitos de acabamento originados pela contratada, estes deverão ser refeitos por esta, sem ônus para o Município;

5.4.1.7. A coordenação dos trabalhos será executada por profissionais habilitados e especializados, com registro no CREA e/ou CAU, os quais deverão ser os mesmos indicados pela Contratada como integrantes da sua equipe técnica;

5.4.1.8. Será admitida a participação de outros profissionais, além dos declarados como responsáveis técnicos, desde que em caráter complementar e fornecidas as respectivas ARTs e/ou RRTs, abrangendo os serviços executados;

5.4.1.9. Obter todas as licenças e aprovações necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados, perante órgãos municipais, estaduais, e federais, pagando emolumentos e taxas correspondentes, observando as leis, regulamentos e códigos de posturas;

5.4.1.10. Cumprir quaisquer outras formalidades que vierem a ser necessárias e ao pagamento de custas e multas porventura impostas por autoridades municipais, estaduais e federais;

5.4.1.11. Antes de iniciar os trabalhos, deverá providenciar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) no CREA e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRTs) relativas aos serviços objeto deste termo, entregando ao Fiscal da Obra a via do proprietário devidamente quitada;

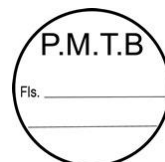
5.4.1.12. Respeitar rigorosamente, no que se refere a todos os profissionais envolvidos nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará;

5.4.1.13. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente;

5.4.1.14. Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços até o local indicado pela contratante, como também pelos custos a ele inerentes;



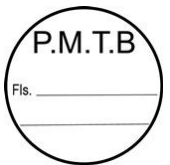
- 5.4.1.15.** Responsabilizar-se pela guarda dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- 5.4.1.16.** Fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços em perfeitas condições de uso;
- 5.4.1.17.** Providenciar para que os materiais, mão-de-obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil no local de execução dos serviços;
- 5.4.1.18.** Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou auto extingüível;
- 5.4.1.19.** Comunicar imediatamente à fiscalização quaisquer ocorrências de fato anormal ou extraordinário que ocorra no local dos serviços;
- 5.4.1.20.** Evitar as interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços;
- 5.4.1.21.** Manter limpo, livre e desimpedidos de sujeiras e restos de materiais, os locais de realização dos serviços, bem como todos os acessos e demais dependências das edificações utilizadas;
- 5.4.1.22.** Realizar levantamento prévio, certificando-se que não haverá danos a outras instalações existentes (elétrica, hidráulica, entre outras) para instalação ou realização dos serviços;
- 5.4.1.23.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados durante o prazo de garantia dos materiais ou serviços;
- 5.4.1.24.** Assumir a imediata reparação, restaurando as condições originais da edificação se ocorrer qualquer dano ou avaria, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho;
- 5.4.1.25.** As demais obrigações deverão proceder conforme memorial descritivo em anexo.
- 5.4.2. DA CONTRATANTE**
- 5.4.2.1.** Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas;
- 5.4.2.2.** Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos serviços;
- 5.4.2.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado;
- 5.4.2.4.** Recusar o serviço na hipótese de desconformidade com as especificações solicitadas;
- 5.4.2.5.** Comunicar por escrito à contratada, quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- 5.4.2.6.** Comunicar por escrito à contratada, o não recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no memorial descritivo ou na proposta apresentada;



- 5.4.2.7.** Exercer a fiscalização dos serviços mediante técnico e engenheiro designado pela Secretaria Municipal de Educação;
- 5.4.2.8.** Notificar à contratada qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços, através de documentação formal;
- 5.4.2.9.** As demais obrigações deverão proceder conforme memorial descritivo em anexo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 29.216, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29.203 e 29.216, ambos de 2023).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato, Priscila dos Santos Moreira, matrícula 10050, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
 - 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, Leonardo Canova Lima, matrícula 11067, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8. O fiscal administrativo do contrato, Altevir Montanini, matrícula 10487, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal técnico do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



6.12. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.12.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pela comissão de fiscalização, que será composta pelo fiscal técnico Priscila dos Santos Moreira, matrícula 10050, pelo fiscal administrativo do contrato, Altevir Montanini, matrícula 10487 e pelo gestor do contrato Leonardo Canova Lima, matrícula 11067, mediante termo detalhado, quando da execução do objeto.

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

7.1.3. O fiscal do contrato, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

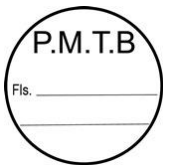
7.1.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.1.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:



7.1.10. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.1.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.1.12. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.1.13. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.1.14. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

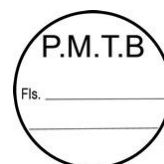
7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 07 (sete) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC) de correção monetária.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;

7.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.5. Serão realizadas medições parciais conforme os serviços forem corretamente executados e aprovados pela fiscalização;

7.5. O pagamento será realizado mensalmente de acordo com o cronograma de execução;

7.6. Para pagamentos das medições conforme o cronograma físico-financeiro, a contratada deverá fornecer os seguintes documentos:

7.6.1. Primeira medição:

7.6.1.1. Nota fiscal;

7.6.1.2. Folha de medição nº ...;

7.6.1.3. Ordem de serviço;

7.6.1.4. Declaração do gestor de contratos;

7.6.1.5. Alvará de construção/ampliação e/ou reforma;

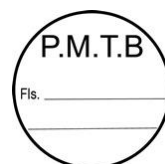
7.6.1.6. ART e/ou RRT referente a projetos da obra;

7.6.1.7. ART e/ou RRT do responsável pela execução da obra;

7.6.1.8. ART e/ou RRT do responsável pela fiscalização da obra;

7.6.1.9. Matrícula CNO da obra;

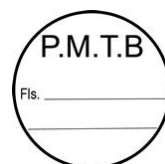
7.6.1.10. Diário de obras;



- 7.6.1.11. Relação de funcionários;
- 7.6.1.12. Ficha de registro;
- 7.6.1.13. Folha de pagamento;
- 7.6.1.14. Cartões ponto dos funcionários;
- 7.6.1.15. Rescisão de contrato se houver;
- 7.6.1.16. Cópia da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria;
- 7.6.1.17. Declaração do Fiscal de que os pagamentos dos funcionários estão de acordo com a legislação vigente e CCT;
- 7.6.1.18. Conectividade social;
- 7.6.1.19. GFIP;
- 7.6.1.20. SEFIP;
- 7.6.1.21. Guia INSS quitada/restituição - RFB E REL. COMP;
- 7.6.1.22. GRF – Guia de recolhimento do FGTS;
- 7.6.1.23. CND Municipal;
- 7.6.1.24. CND Estadual;
- 7.6.1.25. CND Federal;
- 7.6.1.26. CND FGTS – CRF;
- 7.6.1.27. CND Previdenciária;
- 7.6.1.28. CND Trabalhista.

7.6.2. Medições intermediárias:

- 7.6.2.1. Nota fiscal;
- 7.6.2.2. Folha de medição nº;
- 7.6.2.3. Matrícula CNO da obra;
- 7.6.2.4. Diário de obras;
- 7.6.2.5. Relação de funcionários;
- 7.6.2.6. Ficha de registro;
- 7.6.2.7. Folha de pagamento;
- 7.6.2.8. Cartões ponto dos funcionários;
- 7.6.2.9. Rescisão de contrato se houver;
- 7.6.2.10. Declaração do Fiscal de que os pagamentos dos funcionários estão de acordo com a legislação vigente e CCT;
- 7.6.2.11. Conectividade social;
- 7.6.2.12. GFIP;
- 7.6.2.13. SEFIP;
- 7.6.2.14. Guia INSS quitada/restituição - RFB E REL. COMP;
- 7.6.2.15. GRF – Guia de recolhimento do FGTS;
- 7.6.2.16. CND Municipal;
- 7.6.2.17. CND Estadual;
- 7.6.2.18. CND Federal;
- 7.6.2.19. CND FGTS – CRF;
- 7.6.2.20. CND Previdenciária;



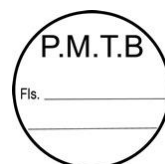
7.6.2.21. CND Trabalhista.

7.6.3. Última medição:

- 7.6.3.1.** Nota fiscal;
- 7.6.3.2.** Folha de medição nº ...;
- 7.6.3.3.** Declaração do gestor de contratos;
- 7.6.3.4.** Matrícula CNO da obra;
- 7.6.3.5.** CND da obra junto ao INSS;
- 7.6.3.6.** Termo de recebimento provisório;
- 7.6.3.7.** Diário de obras;
- 7.6.3.8.** Relação de funcionários;
- 7.6.3.9.** Ficha de registro;
- 7.6.3.10.** Folha de pagamento;
- 7.6.3.11.** Cartões ponto dos funcionários;
- 7.6.3.12.** Rescisão de contrato se houver;
- 7.6.3.13.** Declaração do Fiscal de que os pagamentos dos funcionários estão de acordo com a legislação vigente e CCT;
- 7.6.3.14.** Conectividade social;
- 7.6.3.15.** GFIP;
- 7.6.3.16.** SEFIP;
- 7.6.3.17.** Guia INSS quitada/restituição - RFB E REL. COMP;
- 7.6.3.18.** GRF – Guia de recolhimento do FGTS;
- 7.6.3.19.** CND Municipal;
- 7.6.3.20.** CND Estadual;
- 7.6.3.21.** CND Federal;
- 7.6.3.22.** CND FGTS – CRF;
- 7.6.3.23.** CND Previdenciária;
- 7.6.3.24.** CND Trabalhista.

7.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, tendo em vista que o objeto se trata de serviço especial de engenharia, conforme Artigo 6º, Inciso XXI, Alínea b da Lei nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.599.192,52 (dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O pagamento das despesas decorrentes de contratação oriunda da presente licitação correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho, a conta de recursos consignados nas dotações orçamentárias:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026	471	11	005	1029	3449051	104
2026	1190	11	005	1029	3449051	105
2026	1191	11	005	1029	3449051	107

Telêmaco Borba, 11 de fevereiro de 2026.

11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

ÁREA TÉCNICA:

Nome Servidor: Leonardo Canova Lima

Matrícula: 11067

Cargo/função: Engenheiro Civil

Assinatura: _____



ÁREA REQUISITANTE:

Nome Servidor: Édina de Fátima Batista Leal Medalia

Matrícula nº: 8361

Cargo/função: Chefe da Divisão de Administração de Ensino

Assinatura: _____

12. ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

De acordo com o Termo de Referência elaborado:

Nome da autoridade: Eros Danilo Araújo

Cargo/função: Secretário Municipal de Educação

Assinatura: _____





APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento consiste em Estudo Técnico Preliminar – ETP, da etapa de planejamento da contratação, que servirá para avaliar a viabilidade da ampliação do CMEI Maria Mazzetti e embasar o projeto básico, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

1.2. Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:

- a) Identificar a necessidade da área demandante;
- b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
- c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
- d) Preparar informações para a elaboração do projeto básico.

1.3. A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos do Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da contratação decorre da necessidade pela adequação da infraestrutura do Centro Municipal de Educação Infantil Maria Mazzetti, visando suprir a grande demanda por matrículas na educação infantil e assegurar a qualidade do atendimento pedagógico. Atualmente, a instituição atende 94 alunos matriculados, porém a capacidade física instalada é insuficiente para absorver a demanda da comunidade local, fato evidenciado pela existência de uma lista de espera com 40 crianças registrada ao final de 2025. Esta necessidade por vagas limita o acesso universal à educação infantil, direito fundamental que a Administração Municipal busca garantir através deste investimento.

2.2. A ampliação da unidade, com a disponibilização de 5 novas salas de aula, apresenta-se como a solução necessária para compatibilizar o espaço físico com as demandas sociais e educacionais. Com a conclusão desta obra, o CMEI terá sua capacidade de atendimento ampliada, permitindo não apenas a absorção imediata das crianças que aguardam em lista de espera, mas também o planejamento de novas turmas para os próximos anos letivos. A nova estrutura proporcionará um ambiente mais adequado ao desenvolvimento integral das crianças, otimizando a organização das turmas e o suporte pedagógico oferecido.

2.3. Esta contratação irá promover:

2.3.1. Melhoria da infraestrutura escolar: A ampliação garante espaços específicos e adequados para as atividades pedagógicas da educação infantil, contribuindo para uma unidade escolar mais completa, segura e bem estruturada.



2.3.2. Atendimento à demanda por matrículas: A criação das 5 novas salas permitirá a absorção das crianças em lista de espera, garantindo o acesso à educação desde a primeira infância e reduzindo o déficit de vagas na região.

2.3.3. Fomento ao desenvolvimento pedagógico: Com a disponibilidade de mais salas, será possível organizar as turmas de forma mais eficiente, respeitando as faixas etárias e proporcionando ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento cognitivo e social.

2.3.4. Valorização do processo educativo: O novo espaço físico permite a implementação de práticas pedagógicas essenciais na educação infantil, integrando o cuidado e o ensino em um ambiente acolhedor.

2.3.5. Universalização do acesso: A expansão da capacidade física do CMEI Maria Mazzetti reafirma o compromisso da Administração Municipal com a universalização do ensino infantil, fortalecendo os laços entre a escola e as famílias da comunidade.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 a 76170240000104-0-000029/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 24/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 47;
- IV) Classe/Grupo: 1.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Para a realização do levantamento de mercado, o passo inicial consiste na identificação do problema a ser resolvido pela presente contratação, que se caracteriza pela necessidade da ampliação da infraestrutura para o atendimento da demanda por educação infantil no CMEI Maria Mazzetti. Atualmente, a limitação do número de salas de aula restringe a oferta de novas matrículas, resultando numa lista de espera significativa e dificultando a organização pedagógica adequada às diferentes faixas etárias. Esta carência de espaço físico compromete o acesso universal ao ensino infantil e limita o desenvolvimento das atividades curriculares essenciais para a primeira infância. Com a execução da ampliação, a unidade passará a contar com 5 novas salas de aula, proporcionando um ambiente estruturado e seguro, que favorece o desenvolvimento integral das crianças e o fortalecimento dos vínculos com a comunidade escolar. Sendo assim, o presente levantamento tem como objetivo analisar as diferentes soluções técnicas e metodologias construtivas disponíveis no mercado para viabilizar a execução da obra, identificando as alternativas existentes e as suas respectivas vantagens, desvantagens e riscos, de modo a garantir a escolha da solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Municipal.

4.2. PRIMEIRA SOLUÇÃO: Execução direta da obra, através da compra de materiais e uso de mão de obra própria da Administração.

4.2.1. Vantagens:



4.2.1.1. Controle Operacional: Permite à Administração um controle mais rigoroso sobre o cronograma de execução e a alocação de recursos.

4.2.1.2. Otimização de Custos Indiretos: Potencial para redução de despesas associadas a encargos de contratação de terceiros.

4.2.1.3. Utilização de Mão de Obra Interna: Otimização do quadro de pessoal existente e minimização da dependência de fornecedores externos.

4.2.2. Desvantagens:

4.2.2.1. Déficit de Expertise Técnica: Requer uma equipe técnica multidisciplinar qualificada em todas as fases construtivas (fundações, estrutura, alvenaria, cobertura e acabamentos), capacidade que excede a disponibilidade no quadro municipal.

4.2.2.2. Riscos de Não Conformidade e Atrasos: Elevado risco de desvios técnicos e atrasos no cronograma, especialmente devido à sobrecarga de demandas sobre o corpo técnico interno.

4.2.2.3. Responsabilidades Trabalhistas e de Segurança: A execução direta acarreta responsabilidades diretas em engenharia, segurança do trabalho e formalização técnica, com potenciais riscos trabalhistas e de segurança ocupacional.

4.2.2.4. Ausência de Garantias Contratuais: Inexistência de garantias formais sobre a qualidade e durabilidade da obra, inerentes a contratos com terceiros.

4.2.3. Observações: Embora esta solução possa, em cenários específicos, apresentar otimização de custos, ela é caracterizada por um elevado risco técnico e de execução, principalmente em função da carência de pessoal especializado no âmbito municipal.

4.3. SEGUNDA SOLUÇÃO: Compra dos materiais pela Administração e contratação de mão de obra especializada para execução da obra.

4.3.1. Vantagens:

4.3.1.1. Eficiência na Aquisição de Materiais: Possibilidade de obter condições comerciais vantajosas na compra direta de materiais, via pregões ou aquisições em escala.

4.3.1.2. Garantia de Execução Especializada: A contratação de empresa especializada mitiga riscos de falhas técnicas na execução.

4.3.1.3. Controle de Qualidade de Insumos: Maior controle sobre a qualidade e a procedência dos materiais empregados.

4.3.2. Desvantagens:

4.3.2.1. Complexidade Administrativa: Exige a condução de dois processos licitatórios distintos (um para materiais e outro para serviços), elevando a complexidade administrativa e os prazos processuais.

4.3.2.2. Desafios Logísticos: Dificuldades inerentes ao armazenamento, transporte e gestão de materiais até o momento da aplicação.

4.3.2.3. Potenciais Conflitos de Responsabilidade: Risco de divergências e conflitos de responsabilidade entre os fornecedores de materiais e a empresa executora, especialmente em casos de desempenho insatisfatório ou vistorias futuras.

4.3.2.4. Demanda por Fiscalização e Integração: Requer um nível elevado de fiscalização e integração entre os contratos para assegurar a coesão do projeto.



4.3.3. Observações: Esta alternativa pode ser aplicável a projetos de menor complexidade. Contudo, para empreendimentos como a ampliação da infraestrutura para educação infantil de um CMEI, tende a gerar desafios significativos de gestão e riscos contratuais elevados.

4.4. TERCEIRA SOLUÇÃO: Contratação integral do objeto, incluindo fornecimento de materiais e execução da obra.

4.4.1. Vantagens:

4.4.1.1. Centralização de Responsabilidades: Consolidação de todas as responsabilidades em um único contrato, eliminando potenciais conflitos entre diferentes fornecedores e executores.

4.4.1.2. Otimização Processual: Maior agilidade devido à realização de um único processo licitatório e um único contrato a ser gerenciado e fiscalizado.

4.4.1.3. Redução de Incompatibilidades: Minimização dos riscos de incompatibilidade entre materiais e métodos executivos.

4.4.1.4. Garantia Contratual Abrangente: Cobertura contratual integral sobre a totalidade da obra, englobando materiais e serviços.

4.4.1.5. Simplificação para a Administração: Facilitação do planejamento, fiscalização e gestão de prazos para o órgão municipal.

4.4.2. Desvantagens:

4.4.2.1. Dependência de Contratado Único: A eventual inadimplência ou falha contratual do único contratado pode comprometer severamente o andamento do projeto.

4.4.2.2. Menor Flexibilidade para Materiais Existentes: Reduzida oportunidade de aproveitamento de materiais que possam estar disponíveis em estoque no município.

4.4.3. Observações: Esta solução é reconhecida como a mais eficiente e amplamente adotada para obras desta natureza. Ela minimiza os riscos de ingerência entre diferentes entidades, assegura uma entrega unificada e integral ao município, e oferece maior segurança quanto ao cumprimento de prazos e padrões de qualidade exigidos.

4.5. CONCLUSÃO: Após a análise comparativa das três abordagens propostas, conclui-se que a Terceira Solução, a contratação integral do objeto, representa a alternativa mais adequada para a Administração Pública Municipal. Esta modalidade otimiza a eficiência operacional, mitiga riscos administrativos e técnicos, e garante a entrega do projeto em conformidade com os requisitos de qualidade e segurança estabelecidos.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Conforme justificativa apresentada na cláusula quarta deste ETP, a solução definida para a ampliação do CMEI Maria Mazzetti consiste na execução de sistema estrutural em concreto armado e fechamento em alvenaria convencional de blocos cerâmicos. Esta escolha mantém a tipologia construtiva já existente na unidade, garantindo a estabilidade estrutural, a harmonia arquitetônica e a durabilidade necessária para o uso contínuo pela comunidade escolar. Maiores detalhes sobre os métodos executivos, com a descrição de todos os serviços que contemplam a construção das 5



novas salas de aula, estão disponíveis no Memorial Descritivo que segue anexo a este estudo.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO

6.1. A estimativa de quantidades foi realizada baseada nos projetos executivos e fazem parte da planilha orçamentária da obra, que foi confeccionada pelo servidor Leonardo Canova Lima, Engenheiro Civil, CREA-PR 181.270/D, que compõe o corpo técnico da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba.

6.2. Os projetos, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e o memorial descritivo seguem anexos a este estudo.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS E DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO

7.1. Nos termos da cláusula quarta deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução identificada como a mais adequada apresenta o valor de R\$ 2.599.192,52, conforme planilha orçamentária em anexo.

7.2. O Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos e orçamentos da Administração Pública. Dentre os critérios estabelecidos estão as referências de custos unitários que devem ser utilizadas, que para o caso de obras e serviços de engenharia, com exceção dos serviços de obras de infraestrutura de transportes, deve ser utilizado o Sinapi – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. No caso de obras de infraestrutura de transportes, deve ser utilizado o Sicro – Sistema de Custos Referenciais de Obras.

Para as circunstâncias que não forem contempladas no Sinapi ou no Sicro, é possível realizar o levantamento de custos unitários em outras bases de dados aprovadas por órgãos ou entidades da administração pública federal, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

Desta maneira, para a elaboração do orçamento que irá servir de referência para a obra da ampliação do CMEI Maria Mazzetti, além do SINAPI, também foram utilizadas referências do banco de dados ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe), além de composições unitárias próprias elaboradas com base em cotações de mercado.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A concepção dos métodos construtivos escolhidos para a ampliação do CMEI Maria Mazzetti se baseou em estruturas de concreto armado e fechamento em alvenaria convencional de blocos cerâmicos. Para a cobertura, foi determinado o uso de estrutura metálica, composto por treliças e a própria trama da cobertura, com telhas de fibrocimento.



8.2. Os serviços e insumos que constituem a solução definida são correlatos e devem ser executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar em uma complexa e desnecessária demanda para os fiscais contratuais, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre as diversas empresas, caso os objetos de cada uma das etapas fossem divididos em lotes independentes.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para o atendimento satisfatório da necessidade do Município e, conforme prática usual do mercado para o objeto deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, são necessários os seguintes requisitos para a contratação:

9.1.1. Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade;

9.1.2. Atestado de Capacidade Técnica Profissional do Engenheiro Civil e/ou Arquiteto, que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente, equivalente ou superior ao objeto licitado acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, CREA e/ou CAU, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e a identificação da obra ou serviço executado e o quantitativo básico executado e seu respectivo Acervo Técnico, cujas parcelas de maior relevância e de valor significativo são as seguintes:

9.1.2.1. Execução de edificação em concreto armado e alvenaria convencional, com área mínima de 30% da área do presente objeto, cuja totalidade corresponde a 877,90 m².

9.1.3. Certidão de registro do Responsável Técnico (Pessoa Física) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade.

9.1.4. Comprovação de possuir, em seu quadro permanente de pessoal, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior, detentor de atestado de responsabilidade técnica equivalente ou superior ao objeto deste termo de referência, cujo nome deverá constar na Certidão do CREA e/ou CAU:

9.1.4.1. Tratando-se de sócio da empresa, a comprovação se fará mediante a verificação do seu nome no contrato social da empresa;

9.1.4.2. Tratando-se de empregado, a empresa deverá apresentar cópia da carteira de trabalho contendo anotações de contrato de trabalho ou cópia do livro de registro com as anotações do empregado;

9.1.4.3. Tratando-se de prestador de serviço, a comprovação se fará mediante a apresentação de contrato de prestação de serviço firmado entre o profissional e a empresa.

9.2. Os serviços deverão ser executados conforme a regulamentação das seguintes normas técnicas:

9.2.1. ABNT NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;



- 9.2.2. ABNT NBR 14931: Execução de estruturas de concreto — Procedimento;
- 9.2.3. ABNT NBR 15270: Componentes cerâmicos – Blocos e tijolos para alvenaria;
- 9.2.4. ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão;
- 9.2.5. ABNT NBR 5419: Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- 9.2.6. ABNT NBR 5626: Instalação predial de água fria;
- 9.2.7. BNT NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário — Projeto e execução;
- 9.2.8. Resolução Estadual nº 162/2005 SESA – Centros de Educação Infantil;
- 9.2.9. Resolução Estadual nº 107/2018 SESA – Instituições de Ensino Fundamental;
- 9.2.10. Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná;
- 9.2.11. NPAs, NPTs e Orientações Técnicas do Corpo de Bombeiros do Paraná;
- 9.2.12. Legislação Ambiental;
- 9.2.13. Demais legislações específicas no que se refere à estrutura física e espaço destinado a pleno funcionamento da Unidade Escolar.
- 9.3. Os proponentes devem ter a capacidade financeira para realizar o trabalho proposto.
- 9.4. Os proponentes devem, ser capazes de cumprir o prazo necessário para a conclusão do projeto.

10. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS

- 10.1. Não existem contratos vigentes que poderão ser correlatos e interdependentes ao objeto de estudo deste ETP.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. O problema que deve ser resolvido por esta contratação é a limitação da infraestrutura do CMEI Maria Mazzetti, que atualmente está limitada a um número de vagas insuficiente para atender à procura por matrículas na educação infantil na região. Nesse sentido, a execução do objeto visa, primordialmente, a ampliação da unidade com a construção de 5 novas salas de aula, permitindo a absorção imediata da lista de espera de 40 crianças e possibilitando a abertura de novas turmas de forma planejada e contínua. A entrega destes novos espaços assegura que o atendimento pedagógico ocorra em condições de excelência, garantindo o conforto, a acessibilidade e a segurança indispensáveis ao público infantil, além de proporcionar um ambiente estimulante ao aprendizado precoce. Com a expansão da capacidade instalada, o CMEI passará a oferecer amplas possibilidades para o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas diversificadas, fundamentais para o crescimento social e cognitivo dos alunos.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

- 12.1. Para a execução do objeto deste ETP, serão necessárias as seguintes providências por parte do Município:



12.1.1. A equipe de fiscalização será composta por: Fiscal de Obra: Priscila dos Santos Moreira, matrícula 10050, Fiscal do Contrato: Altevir Montanini, matrícula 10487, Gestor do Contrato: Leonardo Canova Lima, matrícula 11067, que serão responsáveis pela fiscalização e gestão contratual.

12.1.2. A definição de planos de trabalho detalhados será uma etapa crucial para assegurar a boa execução do contrato. Esses planos devem contemplar cronogramas, metas, indicadores de desempenho e estratégias de contingência, visando a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços.

12.1.3. Será estabelecido um acompanhamento rigoroso dos serviços apresentados, com a finalidade de realizar ajustes e implementar melhorias no objeto contratado, garantindo que este esteja em conformidade com as expectativas e requisitos estabelecidos.

12.1.4. É fundamental garantir que todos os membros da equipe de fiscalização e gestão contratual, incluindo o engenheiro encarregado das vistorias, possuam um entendimento consistente e abrangente dos requisitos técnicos e das responsabilidades envolvidas. Para isso, serão promovidas sessões de nivelamento de conhecimentos, onde serão discutidos os detalhes técnicos relevantes, os procedimentos operacionais padrão e as expectativas de desempenho.

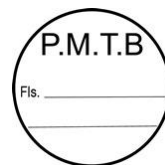
12.1.5. Após a realização do serviço, a Administração Municipal dará continuidade com sua responsabilidade de fiscalização, realizando vistorias periódicas para verificar a qualidade e a conformidade dos trabalhos executados. Essas vistorias garantirão a entrega satisfatória dos resultados, conforme estabelecido no contrato. Qualquer não conformidade identificada durante essas vistorias será tratada prontamente, garantindo a correção adequada e a conformidade com os padrões estabelecidos.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente. Os possíveis impactos ambientais desta contratação são:

13.1.1. Geração de Resíduos: A instalação gera diversos tipos de resíduos, como sobras de cabos, eletrodutos, embalagens de materiais, concreto e terra escavada. O descarte inadequado destes materiais pode contaminar o solo e a água, além de contribuir para a poluição visual e o acúmulo em aterros sanitários.

13.1.2. Consumo de Recursos Naturais: A produção dos materiais utilizados, como cobre para cabos, cimento e água para postes e concreto, e alumínio para caixas de medição, demanda a extração e o processamento de recursos naturais. Embora a quantidade para uma única instalação seja pequena, o volume acumulado de diversas instalações pode ter um impacto significativo na disponibilidade desses recursos, sendo que a produção destes, por sua vez, já tem um nível de impacto ao meio.



13.1.3. Ruído e Emissões Atmosféricas Temporárias: Durante a fase de construção, o uso de máquinas e equipamentos pode gerar ruído, impactando a fauna local e a comunidade próxima. Além disso, a operação de veículos e equipamentos pode liberar gases de escape, contribuindo temporariamente para a poluição do ar na região.

13.1.4. Impacto Visual: A instalação de novos postes, caixas de medição e fiação aérea pode alterar a paisagem local, especialmente em áreas com características naturais ou históricas. Embora funcional, a infraestrutura elétrica pode ser percebida como um elemento intrusivo, afetando a estética do ambiente.

13.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis de todos os materiais e equipamentos que serão utilizados, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

13.3. A Contratada deverá adotar, o que estiver disposto: na Resolução Conama nº 362, de 23 de junho de 2005; na Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009 e na Resolução Conama Nº 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

13.4. A Contratada deverá, ainda, respeitar todas as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT que disponham sobre resíduos sólidos, como a ABNT NBR 10004:2004 – Resíduos sólidos – Classificação; e resíduos da construção civil, como a ABNT NBR 15112:2004 – Resíduos da construção civil e resíduos volumosos – Áreas de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

14.1. Considerando as análises técnicas realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação da obra de ampliação é a alternativa que melhor assegura o interesse público e o atendimento das necessidades educacionais do município. A solução definida, que contempla a construção de 5 novas salas de aula no CMEI Maria Mazzetti através de sistema estrutural em concreto armado e fechamento em alvenaria convencional de blocos cerâmicos, é compatível com a infraestrutura existente e adequada para suprir a necessidade pela abertura de novas vagas. A execução deverá seguir o projeto arquitetônico, os projetos complementares e executivos, os memoriais descritivos, a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro, todos elaborados pelo corpo técnico especializado da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, garantindo a viabilidade técnica e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Telêmaco Borba, 11 de fevereiro de 2026.



15. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Responsável pela elaboração do ETP:

Nome Servidor: Leonardo Canova Lima

Matrícula nº: 11067

Cargo/função: Engenheiro Civil

Assinatura: _____

ÁREA REQUISITANTE:

Nome Servidor: Édina de Fátima Batista Leal Medalia

Cargo/função: Chefe da Divisão de Administração de Ensino

Matrícula nº: 8361

Assinatura: _____

16. ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

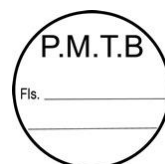
1 – De acordo com o ETP elaborado pela área requisitante;

2 – Determino a continuidade dos procedimentos para a contratação pretendida.

Nome da autoridade: Eros Danilo Araújo

Cargo/função: Secretário Municipal de Educação

Assinatura: _____



ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO DE OBRA

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente memorial tem a finalidade de detalhar as especificações técnicas e os procedimentos executivos do objeto licitado, a ampliação do CMEI Maria Mazzetti no município de Telêmaco Borba. Este documento visa assegurar a qualidade, a segurança e a conformidade da obra com as normas técnicas vigentes. A ampliação deverá ser executada conforme projetos e especificações apresentados, seguindo todas as normas construtivas pertinentes ao objeto.

2. OBJETIVO

O principal objetivo desta obra é proporcionar à comunidade escolar um espaço adequado e seguro para atividades pedagógicas e recreativas, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. A ampliação com 5 novas salas de aula permitirá a utilização contínua do espaço, garantindo o uso sempre que necessário e beneficiando um maior número de estudantes.

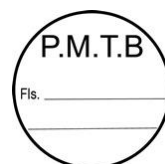
3. ÁREAS E LOCALIZAÇÕES

O local de execução dos serviços é o CMEI Maria Mazzetti, que está localizado na Rua Guatemala, s/nº – Alto das Oliveiras, Telêmaco Borba – PR. A área específica para a construção da área de ampliação está definida nos projetos executivos, que devem ser seguidos rigorosamente.

4. NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTAÇÕES

A execução desta obra deverá seguir rigorosamente todas as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), regulamentações federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como as diretrizes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para obras em escolas públicas. Dentre as normas aplicáveis, destacam-se:

- ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ABNT NBR 6118: Projeto de estruturas de concreto – Procedimento.
- ABNT NBR 8800: Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edificações.
- ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão.
- ABNT NBR 6122: Projeto e execução de fundações.
- ABNT NBR 15575: Edificações habitacionais – Desempenho.
- ABNT NBR 16868: Alvenaria estrutural e de vedação – Blocos cerâmicos.
- ABNT NBR 15270-2: Componentes cerâmicos Parte 2: Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural – Terminologia e requisitos.
- ABNT NBR 13749: Chapisco em superfícies de concreto – Procedimento.



- ABNT NBR 13755: Revestimento de paredes com placas cerâmicas – Procedimento.
- ABNT NBR 5626: Instalação predial de água fria.
- ABNT NBR 7229: Projeto, construção e operação de sistemas prediais de esgoto sanitário.
- ABNT NBR 10821-1: Esquadrias para edificações Parte 1: Esquadrias externas e internas – Terminologia.
- ABNT NBR 13818: Placas cerâmicas para revestimento – Especificação e métodos de ensaios.
- Normas de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná: NPT 011 – Saídas de emergência, NPT 012 – Centros esportivos e de exibição – Requisitos de segurança contra incêndio.
- Todas as demais normas e regulamentações que se apliquem à natureza da obra deverão seguidas, garantindo a plena conformidade legal e técnica da obra.

5. DESCRIÇÃO

5.1. Serviços Preliminares

A empresa deverá garantir a instalação de sistemas provisórios para utilização de energia elétrica e de água, assim como de containers para almoxarifado e escritório com banheiro. A placa da obra deverá ser fabricada no padrão PMTB (2,00x1,00 m) de acordo com o modelo fornecido pela fiscalização e deverá ser instalada em local visível e ser mantida em bom estado de conservação até a finalização da obra. A demarcação da obra será executada mediante a locação topográfica da edificação, incluindo a confecção de gabarito de madeira com piquetes e linhas de referência para o controle rigoroso de eixos e níveis. Para a preparação dos elementos construtivos, serão implantadas no canteiro centrais destinadas à execução de armaduras, para corte e dobra de vergalhões, e à produção de fôrmas, argamassa ou concreto, otimizando o fluxo de trabalho e a qualidade dos materiais produzidos in loco.

5.2. Administração Central

A administração local da obra será estruturada para garantir o controle técnico, a supervisão operacional e o cumprimento rigoroso do cronograma físico-financeiro estabelecido para o período de execução de 8 meses. Para a gestão direta das frentes de serviço e coordenação das equipes de campo, será mantido um mestre de obras em regime integral durante todo o período de execução, assegurando a conformidade dos procedimentos executivos com as especificações técnicas e normas de segurança vigentes. O suporte técnico especializado e a responsabilidade técnica pela condução dos serviços serão providenciados por um engenheiro civil, com alocação intermitente equivalente a uma semana por mês, totalizando a carga horária necessária para a supervisão técnica, medições e ajustes de projeto conforme a evolução da obra. Esta estrutura administrativa visa otimizar a logística do canteiro, a gestão de materiais e a



qualidade final dos elementos construtivos, garantindo a eficiência e a segurança em todas as etapas da edificação.

5.3. Movimentações de Terra

Inicialmente, deverá ser realizada a limpeza da camada vegetal na área destinada à execução da obra. O conteúdo removido deverá ser carregado e descartado em aterro apropriado para o recebimento deste material. Para a execução da escavação horizontal da área da edificação, será utilizado trator de esteiras com lâmina de 2,19 m, adequado a solos de 1ª categoria. O solo escavado será carregado e transportado até a área de utilização definida em projeto, garantindo-se que o material solto seja depositado em locais que não prejudiquem a circulação no canteiro nem causem instabilidade no terreno.

Na execução e compactação de aterro, o processo compreenderá a escavação, carga, transporte, espalhamento e compactação do material. O solo será disposto em camadas sucessivas de espessura compatível com o equipamento de compactação, sendo cada camada submetida a controle de umidade e energia de compactação adequados, de forma a assegurar a resistência e a estabilidade necessárias. Para a execução do aterro, deverá ser usado o solo já escavado.

5.4. Fundações

5.4.1. Estacas

A execução das estacas com diâmetro de 25 cm, será realizada por meio de perfuração manual com trado concha, garantindo-se o alinhamento, profundidade e o posicionamento indicados em projeto. Da mesma forma, as estacas com diâmetro de 20 cm seguirão o mesmo procedimento de escavação, adaptando-se apenas ao diâmetro especificado.

Após a perfuração, será feita a preparação e montagem das armaduras. As barras longitudinais de aço CA-50 com diâmetro de 8 mm e as armaduras transversais em estribos de 5 mm serão previamente cortadas, dobradas e amarradas seguindo o projeto estrutural. Essa armação será posicionada dentro do fuste perfurado, assegurando cobertura mínimo e estabilidade durante o lançamento do concreto.

Em seguida, será realizada a concretagem, utilizando o concreto com resistência especificada em projeto, lançado de forma contínua até o preenchimento integral do fuste, garantindo-se o adensamento e a homogeneidade do material. Após o período de cura do concreto, será realizado o arrasamento das estacas de concreto armado, até a cota definida em projeto, com remoção do concreto excedente e regularização da superfície superior.

5.4.2. Blocos de Coroamento

A escavação mecanizada para execução dos blocos de coroamento ou sapatas será realizada com retroescavadeira, considerando uma largura extra de 25 cm em todos os lados para possibilitar a instalação das fôrmas.



Será executado o lastro de concreto magro com espessura de 5 cm, garantindo base regular e firme para o lançamento do concreto estrutural. Na sequência, serão montadas as fôrmas de madeira serrada, com espessura de 25 mm, fixadas e escoradas de modo a manter alinhamento e prumo durante a concretagem.

A armação dos blocos será executada com aço CA-50 de 8 mm, cortado, dobrado e montado conforme projeto estrutural, garantindo cobrimento mínimo especificado.

A concretagem dos blocos de coroamento será feita com concreto estrutural fck 30 MPa, lançado por bomba e adensado mecanicamente, assegurando homogeneidade e resistência. Após a cura, as fôrmas serão retiradas e será realizada a impermeabilização da superfície dos blocos com emulsão asfáltica aplicada em duas demãos, abrangendo laterais e topo, a fim de proteger a fundação contra a umidade do solo.

Por fim, será realizado o reaterro manual das valas, com a utilização do solo previamente escavado, em camadas sucessivas, com uso de placa vibratória.

5.4.3. Vigas Baldrame

A execução das vigas baldrame terá início com a escavação manual das valas, incluindo a abertura necessária para a posterior colocação das fôrmas. Em seguida, será aplicado o lastro de concreto magro com espessura de 5 cm, garantindo base nivelada e regular para assentamento da estrutura.

Com a base preparada, será realizada a fabricação, montagem e posicionamento das fôrmas em madeira serrada, devidamente escoradas para assegurar estabilidade durante as etapas seguintes. Concluída essa fase, é dado prosseguimento com o corte, dobra, montagem e posicionamento das armaduras de aço, conforme detalhamento do projeto estrutural.

Preparada a armação, efetua-se a concretagem das vigas baldrame com concreto fck 30 MPa, utilizando bomba de lançamento, seguida de adensamento e acabamento adequado. Após o período de cura do concreto, as fôrmas são desmontadas e a superfície das vigas recebe impermeabilização com emulsão asfáltica, aplicada em duas demãos, abrangendo laterais e topo.

Finalizada a impermeabilização, procede-se ao reaterro das valas, utilizando o solo proveniente da própria escavação, devidamente compactado em camadas para garantir estabilidade e evitar recalques.

5.5. Superestrutura

5.5.1. Pilares

Para os pilares serão montadas e escoradas as fôrmas em chapa de madeira compensada resinada, garantindo o prumo, a estabilidade e as corretas dimensões durante a concretagem. Posteriormente, serão posicionadas as armaduras de acordo com o projeto estrutural, compostas por aço CA-60 e CA-50 nos diâmetros de 5,0 mm, 8,0 mm, 10,0 mm e 12,5 mm, conforme especificação de cada pilar. Concluída a montagem da armação, será realizado o lançamento do concreto com fck = 25 MPa, com posterior adensamento e acabamento da superfície. Após a cura inicial do concreto e atingimento



da resistência mínima necessária, as fôrmas serão desmontadas, liberando os pilares para a continuidade das etapas seguintes da obra. Os pilares do muro de arrimo deverão ser impermeabilizados com emulsão asfáltica, em duas demãos, do lado que ficará em contato direto com o aterro.

5.5.2. Vigas

As vigas serão executadas iniciando-se pela montagem das fôrmas em chapa de madeira compensada resinada, devidamente escoradas e alinhadas para garantir a geometria correta do elemento estrutural. Em seguida, será realizada a montagem das armaduras de acordo com o projeto estrutural, utilizando aço CA-60 e CA-50 com diâmetros variando entre 5,0 mm, 6,3 mm, 8,0 mm e 10,0 mm, conforme projeto estrutural. Com as armaduras posicionadas, procede-se ao lançamento do concreto com $fck = 25$ MPa, utilizando bomba de lançamento, seguido de adensamento para evitar vazios e garantir a homogeneidade do material. Após o endurecimento do concreto, realiza-se a desmontagem das fôrmas, preservando as superfícies e arestas das vigas. As vigas do muro de arrimo deverão ser impermeabilizadas com emulsão asfáltica, em duas demãos, do lado que ficará em contato direto com o aterro. As vigas inclinadas serão impermeabilizadas por todas as superfícies.

5.5.3. Lajes

A execução das lajes será realizada através do sistema de laje pré-moldada unidirecional biapoiada, utilizando vigotas protendidas e enchimento em blocos de EPS (Poliestireno Expandido), dimensionadas para suportar as cargas de piso conforme o projeto estrutural. As lajes do térreo serão com altura total de 20 cm, composta por enchimento de 16 cm e capa de concreto de 4 cm, enquanto as do 1º pavimento terão altura total de 16 cm, composta por enchimento de 12 cm e capa de concreto de 4 cm. O procedimento executivo compreenderá o posicionamento e nivelamento das vigotas sobre as vigas de apoio, seguido da colocação dos elementos de enchimento em EPS, garantindo a leveza da estrutura e o isolamento térmico-acústico.

Previamente à concretagem da capa, será executado o escoramento metálico ou de madeira, devidamente dimensionado para suportar o peso próprio e as cargas acidentais de execução, além da instalação das armaduras de distribuição e de reforço nos apoios, conforme detalhamento técnico. A concretagem da capa de 4 cm será realizada de forma contínua, utilizando concreto com resistência característica à compressão (fck) especificada em projeto, assegurando o preenchimento integral dos vazios e o capeamento uniforme das vigotas e do enchimento. Após o lançamento, o concreto será devidamente adensado e nivelado, respeitando o período de cura e a manutenção do escoramento até que a estrutura atinja a resistência necessária para a desforma segura.

5.5.4. Escadas e Rampas

A execução das escadas será realizada em concreto armado moldado in loco, com resistência característica à compressão (fck) de 25 Mpa. O procedimento executivo terá



início com a montagem das fôrmas em chapa de madeira compensada resinada, devidamente escoradas e alinhadas para garantir a geometria dos degraus e patamares conforme o projeto arquitetônico. Após o posicionamento das armaduras de aço, será realizado o lançamento do concreto, seguido de adensamento mecânico para eliminação de vazios e acabamento superficial adequado para posterior revestimento.

Para a execução das rampas e acessos sobre o solo, será inicialmente preparado um lastro com material granular na espessura de 5 cm, devidamente nivelado e compactado para servir de base regularizadora. Sobre esta base, será instalada a armadura de distribuição composta por tela de aço soldada nervurada Q-196, garantindo o controle de fissuração e a resistência estrutural do elemento. Deverão ser usados espaçadores para o correto posicionamento da armadura antes da concretagem. Na sequência, será executado o piso de concreto moldado in loco com concreto usinado fck 25 MPa, com espessura definida em projeto e acabamento convencional desempenado. O processo de concretagem deverá prever as juntas de dilatação necessárias e o tempo de cura adequado para evitar patologias e assegurar a durabilidade das superfícies de circulação.

5.6. Instalações Prediais de Água Fria

A execução das instalações de água fria será realizada com tubulações de PVC rígido soldável, abrangendo prumadas, ramais e sub-ramais com diâmetros nominais variando de 25 mm a 75 mm, conforme o dimensionamento do projeto hidráulico. Para a passagem das tubulações em paredes, serão executados rasgos lineares mecanizados em alvenaria, respeitando os diâmetros das tubulações e garantindo a integridade estrutural das vedações. Após o posicionamento e teste de estanqueidade das redes, será realizado o chumbamento linear das tubulações com argamassa de cimento e areia, assegurando a fixação adequada e o acabamento para as etapas subsequentes de revestimento.

O sistema de distribuição será composto por conexões diversas, incluindo joelhos de 90°, tês de passagem e de redução, luvas e buchas de redução, todos em PVC soldável. Nos pontos de consumo que exigem conexão metálica, como torneiras e engates, serão utilizados joelhos e tês com bucha de latão para garantir a resistência mecânica e a vedação das roscas. O controle do fluxo será realizado por registros de gaveta brutos em latão, com diâmetros entre 3/4" e 2 1/2", instalados com acabamento e canopla cromados nos ambientes internos, além de válvulas de descarga metálicas com base de 1 1/2" e acabamento cromado para os vasos sanitários.

A reserva de água será garantida pela instalação de uma caixa d'água em polietileno com capacidade de 2000 litros, posicionada sobre base nivelada e resistente. A interligação do reservatório com a rede de distribuição será feita através de furos executados com serra copo, utilizando adaptadores com flange e anel de vedação para assegurar a estanqueidade das conexões de entrada, saída, extravasor e limpeza. O controle do nível do reservatório será realizado por torneira de boia roscável de 3/4", garantindo o abastecimento contínuo e automático do sistema. Todo o conjunto deverá



ser testado sob pressão hidrostática antes do fechamento definitivo dos rasgos e da aplicação de acabamentos, visando identificar e corrigir eventuais vazamentos.

5.7. Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário

A execução dos sistemas de esgoto sanitário será realizada com tubulações de PVC série normal, abrangendo ramais de descarga e de esgoto com diâmetros nominais de 40 mm, 50 mm e 100 mm, conforme o dimensionamento do projeto hidrossanitário. Para a instalação das redes em paredes, serão executados rasgos lineares mecanizados em alvenaria, seguidos do chumbamento das tubulações com argamassa de cimento e areia após a verificação dos alinhamentos e declividades. Nas áreas externas ou sob o piso, será realizada a escavação mecanizada de valas com profundidade de até 1,5 m utilizando escavadeira hidráulica, garantindo a correta declividade para o escoamento por gravidade. Após o assentamento das tubulações, as valas serão submetidas ao reaterro mecanizado com solo de 1ª categoria, utilizando placa vibratória para assegurar a compactação e evitar recalques futuros.

O sistema será composto por conexões diversas, incluindo joelhos de 45° e 90°, junções simples e de redução, e tês, utilizando juntas soldáveis para o diâmetro de 40 mm e juntas elásticas para os diâmetros de 50 mm e 100 mm, garantindo a estanqueidade e a absorção de pequenas movimentações estruturais. A ventilação do sistema será assegurada pela instalação de terminais de ventilação em PVC de 50 mm nas prumadas correspondentes. Para a coleta e direcionamento dos efluentes, serão instaladas caixas sifonadas de PVC com grelha quadrada (150 x 150 x 50 mm) nos ambientes internos, além de caixas de inspeção enterradas em alvenaria de blocos de concreto (1,0 x 1,0 x 0,6 m) e uma caixa de gordura especial com capacidade de 312 litros para o tratamento preliminar de resíduos gordurosos. Todo o sistema deverá ser testado quanto à estanqueidade e fluxo antes do fechamento definitivo das valas e rasgos, assegurando o perfeito funcionamento da rede sanitária.

5.8. Instalações Prediais de Águas Pluviais

Os serviços de instalações prediais de águas pluviais abrangem a execução completa do sistema de captação, condução e dissipação das águas pluviais conforme planilha SINAPI fornecida e projetos executivos, seguindo normas ABNT pertinentes como NBR 10844 para rufos e calhas, NBR 7229 para águas pluviais, garantindo estanqueidade e fixação adequada em todos os elementos. Inicia-se pela execução de rufos em chapa de aço galvanizado nº 26 com corte de 33 cm e das calhas em chapa galvanizada nº 24 com desenvolvimento de 100 cm, inclinadas 2% para escoamento. Os condutores verticais utilizam tubos PVC série R DN 100 mm, unidos por luvas com anel de borracha, fixados por abraçadeiras rígidas tipo U perfil 4" a cada 1,50 m em perfis de parede. Para desvios verticais, empregam-se joelhos 90° PVC série R DN 100 mm com junta elástica, providos de suporte imediato. Os ramais horizontais de encaminhamento adotam tubos PVC série R DN 100 mm com inclinação de 2%. As caixas enterradas hidráulicas retangulares 0,40 x 0,40 x 0,40 m são construídas em alvenaria de blocos de concreto



sobre contrapiso magro, com rejunte impermeável, tampa de concreto armado e grelha metálica para inspeção e manutenção. Os drenos subsuperficiais deverão ser construídos junto ao muro de arrimo, em seção 0,40 x 0,40 m com tubos PEAD corrugados perfurados DN 100 mm envoltos em brita e manta geotêxtil, instalados em valas com inclinação de 2% e conectados à rede principal para dissipação controlada.

5.9. Instalações Elétricas

A execução das instalações elétricas será iniciada pela infraestrutura de eletrodutos, utilizando eletrodutos flexíveis corrugados em PVC com diâmetros de 20 mm a 32 mm em PVC e de 40 mm a 63 mm PEAD. Para a passagem dos eletrodutos em alvenaria, serão executados rasgos lineares mecanizados, seguidos do chumbamento com argamassa de cimento e areia após o posicionamento das caixas de passagem e derivação. Serão instaladas caixas retangulares 4"x2" em PVC em diferentes alturas (baixa a 0,30 m, média a 1,30 m e alta a 2,00 m do piso), além de caixas octogonais 3"x3" e 4"x4" embutidas nas lajes para os pontos de iluminação e tomadas dos projetores.

O cabeamento será composto por condutores de cobre flexível isolados, com características anti-chama e tensões de isolamento de 450/750 V para circuitos terminais e 0,6/1,0 kV para redes de distribuição. Serão utilizados cabos com seções nominais de 2,5 mm², 4 mm² e 6 mm² para os circuitos internos, enquanto os cabos de 16 mm² e de 35 mm², para o aterramento e para as fases e neutro, respectivamente, para a rede de distribuição enterrada, ligando o quadro geral à entrada de energia. A fiação deverá ser passada pelos eletrodutos utilizando guia de aço, garantindo a integridade da isolação e respeitando o código de cores para identificação de fase, neutro e terra, conforme a NBR 5410.

O sistema de proteção e manobra será centralizado em um quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço galvanizado, com barramento trifásico e capacidade para até 24 disjuntores DIN. A proteção dos circuitos será garantida por disjuntores monopolares e bipolares de 10A e 16A, além de um disjuntor termomagnético tripolar de 100A como proteção geral. Para a segurança dos usuários e do patrimônio, serão instalados um dispositivo DR tetrapolar de 100A (30mA) para proteção contra fugas de corrente e dispositivos DPS de 20kA para proteção contra surtos atmosféricos. Os pontos de utilização serão finalizados com a instalação de interruptores simples (de 1 a 3 módulos) e tomadas 2P+T de 10A e 20A, incluindo suportes e placas de acabamento. O sistema de iluminação será composto por luminárias de sobrepor com aletas para lâmpadas LED (2x20W e 2x10W) e luminárias de emergência autônomas com 30 LEDs, garantindo a eficiência energética e a segurança em caso de falha no suprimento de energia. Todo o sistema deverá ser submetido a ensaios de continuidade, resistência de isolamento e funcionamento antes da entrega final.

5.10. Alvenaria

A execução das alvenarias de vedação será realizada com blocos cerâmicos furados assentados na horizontal, com espessuras nominais de 11,5 cm, 14 cm e 19 cm,



conforme a modulação e as especificações do projeto arquitetônico. O assentamento será executado com argamassa de cimento, cal e areia, preparada em betoneira para garantir a homogeneidade da mistura, respeitando o prumo, o nível e o alinhamento das fiadas. Para as áreas do muro de arrimio, será utilizada alvenaria de blocos de concreto estrutural com dimensões de 14x19x39 cm e resistência característica à compressão (fbk) de 14 MPa, com assentamento realizado através do uso de palheta para garantir o preenchimento completo das juntas e a estanqueidade do sistema. As alvenarias com 25 cm de espessura, conforme projeto arquitetônico, deverão ser executadas com dupla fiada da alvenaria de 11,5 cm,

As divisórias entre os solários serão executadas de alvenaria com elementos vazados de concreto (cobogós) de 7x50x50 cm, assentados com argamassa de cimento e areia, mantendo a uniformidade das juntas e o alinhamento estético. Para garantir a integridade das vedações e evitar o surgimento de fissuras nos vãos de portas e janelas, serão moldadas in loco vergas e contravergas em concreto armado com espessura de 15 cm. As vergas serão posicionadas sobre os vãos e as contravergas sob os vãos de janelas, ambas com transpasse de 50 cm para cada lado do vão, assegurando a correta distribuição das cargas e a estabilidade estrutural dos fechamentos. Todo o serviço de alvenaria deverá prever a interface com as instalações embutidas e a preparação das superfícies para as etapas subsequentes de revestimento.

5.11. Revestimentos

5.11.1. Revestimentos Internos

A execução dos revestimentos internos será iniciada pela preparação das superfícies de alvenaria e estruturas de concreto, através da aplicação de chapisco com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia), preparada em betoneira e aplicada com colher de pedreiro para garantir a aderência das camadas subsequentes. Nos tetos e áreas que exijam maior aderência, será aplicado chapisco rolado com argamassa no traço 1:4, aditivada com emulsão polimérica (adesivo) e aplicada com rolo para textura acrílica. Após a cura do chapisco, será executado o emboço em paredes internas com argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), com espessura de 17,5 mm. O emboço será aplicado manualmente com o auxílio de taliscas e mestras para garantir o perfeito prumo e planeza das superfícies. Nos tetos, será aplicada massa única com espessura de 10 mm, também utilizando taliscas para assegurar o nivelamento e o acabamento final da superfície.

O acabamento final das áreas molhadas será realizado com revestimento cerâmico, utilizando placas esmaltadas de dimensões 33x45 cm aplicadas em toda a altura das paredes, garantindo a impermeabilidade e a facilidade de higienização dos ambientes. Adicionalmente, será executado revestimento cerâmico com peças de dimensões 7x24 cm, conforme detalhamento do projeto arquitetônico. O assentamento das peças cerâmicas será feito com argamassa colante industrializada, respeitando o alinhamento das juntas, o nivelamento e a uniformidade do rejuntamento. Todas as superfícies revestidas deverão apresentar acabamento homogêneo, livre de ondulações, trincas ou falhas de aderência.



5.11.2. Revestimentos Externos

A execução dos revestimentos externos de fachada será iniciada pela aplicação de chapisco com argamassa no traço 1:3 (cimento e areia), preparada em betoneira e aplicada com colher de pedreiro sobre as superfícies de alvenaria e estruturas de concreto, garantindo a rugosidade necessária para a ancoragem das camadas posteriores. Na sequência, será executado o emboço ou massa única com argamassa no traço 1:2:8 (cimento, cal e areia), com espessura de 25 mm, aplicada manualmente com o auxílio de andaimes para acesso às fachadas. O acabamento será realizado com o devido sarrafeamento e desempenho, garantindo a planeza e o prumo das superfícies externas.

Para as áreas do muro de arrimo, será executada a impermeabilização de superfície com argamassa de cimento e areia aditivada com impermeabilizante hidrófugo, com espessura de 1,5 cm, aplicada de forma contínua para evitar infiltrações. O acabamento da fachada será realizado com revestimento cerâmico em pastilhas de porcelana de 5 x 5 cm (fornecidas em placas de 30 x 30 cm), assentadas com argamassa colante específica para uso externo e alinhadas rigorosamente a prumo. O rejuntamento das pastilhas deverá ser executado com material hidrorrepelente, garantindo a durabilidade e a estética do conjunto. Todo o sistema de revestimento externo deverá ser executado respeitando os tempos de cura entre camadas e as juntas de movimentação previstas em projeto, visando prevenir o surgimento de fissuras ou destacamentos.

5.12. Pintura

5.12.1. Pintura Interna

A execução da pintura interna será iniciada pela preparação das superfícies de paredes e tetos, visando garantir a aderência e o acabamento final de alta qualidade. Inicialmente, será realizado o emassamento com massa látex em duas demãos, seguido de lixamento manual para a eliminação de imperfeições e regularização da base. Após a limpeza para remoção de poeira, será aplicada uma demão de fundo selador acrílico, tanto em paredes quanto em tetos, com o objetivo de uniformizar a absorção do substrato e otimizar o rendimento da tinta de acabamento. A pintura final será executada com tinta látex acrílica premium, seguindo as cores especificadas no projeto arquitetônico, aplicada manualmente em duas demãos, assegurando a cobertura homogênea, a durabilidade e a resistência das superfícies internas.

Para os elementos em madeira, o procedimento de pintura compreenderá a aplicação inicial de fundo nivelador alquídico branco, destinado a selar os poros e preparar a superfície para o acabamento. Na sequência, será aplicada a tinta de acabamento em esmalte sintético fosco pigmentado, em duas demãos, garantindo a proteção da madeira e a uniformidade da cor conforme o projeto de arquitetônico. Todo o processo de pintura deverá respeitar os intervalos de secagem entre demãos recomendados pelos fabricantes e ser executado em ambientes limpos e isentos de umidade excessiva, assegurando um acabamento liso, sem escorrimentos, manchas ou falhas de cobertura.



5.12.2. Pintura Externa

A execução da pintura externa será iniciada pela preparação das superfícies de fachada, visando garantir a proteção contra intempéries e o acabamento estético. Inicialmente, será realizada a aplicação manual de massa acrílica em duas demãos nos panos de fachada, assegurando a regularização da base e a resistência à umidade. Após a cura e o lixamento da massa, será aplicada uma demão de fundo selador acrílico, destinada a uniformizar a absorção do substrato e promover a aderência da camada final. A pintura de acabamento será executada com tinta látex acrílica em duas demãos, seguindo as cores especificadas no projeto arquitetônico, aplicada manualmente em todos os panos de fachada, garantindo a cobertura homogênea e a durabilidade das cores sob exposição solar e variações climáticas.

Para as áreas de circulação e pisos cimentados, será executada a pintura de piso com tinta acrílica específica para tráfego, aplicada manualmente em três demãos. O procedimento incluirá a aplicação prévia de fundo preparador para garantir a ancoragem da tinta ao substrato e aumentar a resistência à abrasão. Todo o processo de pintura externa deverá ser realizado em condições climáticas favoráveis, respeitando rigorosamente os intervalos de secagem entre demãos e as recomendações técnicas dos fabricantes, resultando em superfícies com acabamento uniforme, isentas de manchas, escorrimientos ou falhas de cobertura.

5.13. Cobertura

A execução da cobertura será estruturada através da fabricação e instalação de tesouras inteiras em aço, com vãos de 6,00 m e 15,40 m, dimensionadas para suportar o telhamento cerâmico conforme o projeto estrutural. O procedimento incluirá o içamento das peças com o auxílio de guindaste hidráulico autopropelido, com lança treliçada de 28,80 m e capacidade de 30 t, garantindo o posicionamento preciso e a segurança na montagem. Sobre as tesouras, será instalada a trama de aço composta por terças, devidamente transportadas verticalmente e fixadas para receber o telhamento. A proteção anticorrosiva dos perfis metálicos será realizada através da pulverização de tinta alquídica de fundo (tipo zarcão), seguida da aplicação de tinta alquídica de acabamento em esmalte sintético acetinado, assegurando a durabilidade da estrutura metálica.

O telhamento será executado com telhas cerâmicas de encaixe, tipo portuguesa, em telhados de até duas águas, incluindo o transporte vertical e o assentamento conforme as normas técnicas de sobreposição e inclinação. O fechamento do encontro das águas será realizado com cumeeira para telha cerâmica, emboçada com argamassa no traço 1:2:9 (cimento, cal e areia), garantindo a estanqueidade do sistema. Para a cobertura das rampas, escadas e da passarela, serão instalados tubos de aço galvanizado de 48,3 mm e tubos metalon galvanizados de 50x30 mm e 20x20 mm, enquanto o guarda-corpo e a cobertura destes espaços serão realizados com a instalação de vidro temperado de 10 mm de espessura, encaixado em perfil tipo U, assegurando a iluminação natural e a segurança. Internamente, no pavimento térreo, será executado forro em placas de gesso,



finalizado com molduras em drywall de 15 cm de largura, proporcionando o acabamento estético e o isolamento termoacústico dos ambientes.

5.14. Pisos

A execução dos pisos será iniciada pela preparação do substrato, compreendendo a aplicação de lastro com material granular na espessura de 5 cm sobre o solo nas áreas internas e execução de lastro de concreto magro com 3 cm de espessura para regularização e proteção da base nas áreas externas. Para as áreas externas e passeios, será executado piso de concreto moldado in loco com concreto usinado fck 20 MPa, com acabamento convencional desempenado e sem armadura. Nas áreas internas sobre laje, será aplicado contrapiso em argamassa no traço 1:4 (cimento e areia), com preparo mecânico em betoneira e espessura de 2 cm, garantindo a aderência e o nivelamento para o recebimento dos acabamentos finais.

O revestimento final dos ambientes internos será realizado predominantemente com placas de porcelanato de dimensões 60x60 cm, assentadas com argamassa colante industrializada e rejuntadas conforme as especificações do fabricante, abrangendo tanto áreas reduzidas quanto ambientes amplos. Nos ambientes externos, serão aplicados revestimentos cerâmicos antiderrapante de 50x50 cm com argamassa AC-III. Nas salas de aula serão instalados pisos vinílicos em manta condutiva com espessura de 2 mm, instalado sobre base devidamente regularizada. O acabamento perimetral será composto por rodapés cerâmicos de 7 cm de altura ou rodapés de poliestireno branco com 15 cm de altura, conforme o ambiente. As transições entre diferentes tipos de piso e os vãos de portas receberão soleiras em granito com 15 cm de largura e 2 cm de espessura.

Nas áreas externas de urbanização, será executado o plantio de grama em placas (tipo Esmeralda, São Carlos ou Curitiba) sobre solo preparado. A infraestrutura viária e de passeios incluirá a demolição mecanizada de guias e sarjetas existentes, com a posterior carga e transporte do entulho para bota-fora licenciado. Serão executados novos pavimentos em piso intertravado com blocos de 16 faces (22x11x6 cm), assentamento de guias pré-fabricadas de concreto (100x15x13x20 cm) e moldagem in loco de sarjetas de concreto usinado, garantindo o correto escoamento das águas pluviais e a acessibilidade das áreas externas. Todo o conjunto de pisos deverá apresentar superfícies planas, com declividades adequadas para os ralos e pontos de escoamento, assegurando a funcionalidade e a estética do projeto.

5.15. Esquadrias

A execução das esquadrias de madeira será realizada através da instalação de kits de porta-pronta com acabamento melamínico branco, em folhas médias e pesadas, com dimensões variando de 70x210 cm a 90x210 cm. A fixação dos batentes será executada com o uso de espuma expansiva, garantindo o preenchimento total conforme a especificação técnica de cada folha, assegurando o prumo e o perfeito funcionamento do conjunto. Nas salas de aula, serão instaladas portas em madeira de lei (Ipê) com visor de vidro de 6 mm. Nas cabines dos banheiros, serão instaladas portas em alumínio do tipo



veneziana com guarnição, fixadas com parafusos e tarjetas do tipo livre/ocupado. Os acessórios de segurança e acessibilidade incluirão puxadores para PCD fixados na porta do sanitário PCD, instalados conforme a ABNT NBR 9050 e conforme as especificações do projeto arquitetônico.

As esquadrias de vidro temperado serão compostas por portas de abrir e portas pivotantes de duas folhas, com espessura de 10 mm, incluindo ferragens de fixação, acessórios e puxadores tubulares em alumínio cromado. Para a iluminação e ventilação natural, serão instaladas janelas em vidro temperado incolor de 8 mm e janelas de alumínio do tipo maxim-ar (60x80 cm), fixadas com parafusos e vedadas com silicone para garantir a estanqueidade contra ventos e chuvas. O acabamento dos vãos de janelas será finalizado com a instalação de peitoris em mármore branco, com largura de 22 cm e espessura de 2 cm, assentados com argamassa e devidamente nivelados para o correto escoamento das águas pluviais. Todo o conjunto de esquadrias deverá ser entregue limpo, com as ferragens lubrificadas e os vidros isentos de manchas ou riscos, garantindo a plena funcionalidade e estética da edificação.

5.16. Louças e Metais

5.16.1. Louças

A execução das instalações de louças sanitárias será iniciada pelo fornecimento e instalação de vasos sanitários sifonados com caixa acoplada em louça branca, incluindo modelos convencionais e da linha infantil, conforme a destinação dos ambientes. O procedimento de instalação abrangerá o uso de anéis de vedação, conjuntos de fixação específicos, tubos de ligação com acabamento cromado e engates flexíveis, garantindo a estanqueidade e a estabilidade das peças. Para a higiene das mãos, serão instalados lavatórios em louça branca com coluna (45 x 55 cm) e lavatórios de canto sem coluna, equipados com sifões tipo garrafa, válvulas e engates em metal cromado, além de torneiras de mesa cromadas de padrão médio.

As áreas de apoio e higienização serão estruturadas com bancadas em granito cinza polido, destinadas à instalação de cubas ou prateleiras, complementadas por rodabancadas em granito com altura de 10 cm para proteção das vedações. Nestas bancadas, serão instaladas cubas de embutir ovais em louça branca (35 x 50 cm), incluindo válvulas em metal cromado e sifões flexíveis em PVC. Para o atendimento ao berçário, serão instaladas banheiras em fibra de vidro (84 x 42 x 25 cm) embutidas em bancada, equipadas com válvulas de escoamento adequadas. Todo o conjunto de louças e bancadas deverá ser entregue devidamente limpo, testado quanto ao fluxo e estanqueidade, e com as vedações perimetrais em silicone executadas para evitar infiltrações e garantir o acabamento estético.

5.16.2. Metais

A execução das instalações de metais e acessórios será iniciada pelo fornecimento e instalação de torneiras cromadas de mesa para lavatórios e pias de cozinha, incluindo modelos com tubo móvel de padrão alto e torneiras com fechamento automático



temporizado (tipo Pressmatic Benefit ou similar) para garantir a economia de água e a acessibilidade. Para as áreas externas e de serviço, serão instaladas torneiras cromadas para jardim de 1/2" ou 3/4". O sistema de aquecimento de água será providenciado pela instalação de aquecedores elétricos de 220 V e 6400 W nos pontos indicados em projeto. Para o atendimento às normas de acessibilidade (PCD), serão instaladas canoplas com alavanca para válvulas de descarga e barras de apoio retas em aço inox polido, com comprimentos de 60 cm, 70 cm e 80 cm, fixadas rigidamente nas paredes do sanitário acessível.

A ambientação dos sanitários e das salas de aula será complementada pela instalação de espelhos planos de 4 mm e espelhos de cristal com moldura de alumínio, fixados de forma segura e nivelada. Serão instalados dispensers em plástico para papel higiênico em rolo, saboneteiras plásticas tipo dispenser para sabonete líquido e dispensers para toalha interfolhada, todos devidamente fixados nas paredes. Na área da cozinha, será instalada uma bancada em aço inox (AISI 304) com rodabanca de 10 cm, equipada com cuba de embutir retangular também em aço inoxidável (46 x 30 x 12 cm). Para a segurança na circulação, serão instalados corrimãos duplos em aço inox com diâmetro de 1 1/2" e altura de 90 cm, fixados conforme as normas de acessibilidade. Todo o conjunto de metais e acessórios deverá ser entregue limpo, com as ferragens testadas e as vedações executadas, garantindo a plena funcionalidade e o acabamento estético dos ambientes.

5.17. Limpeza Final da Obra

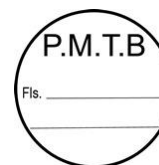
Na etapa final, será realizada a limpeza completa de todos os ambientes edificação e áreas externas. A limpeza consistirá na remoção de resíduos, sobras de materiais e impurezas acumuladas durante a execução dos serviços, seguida da lavagem das superfícies de contrapiso e alvenarias com jato de água sob alta pressão. Este procedimento garante a eliminação de poeira, manchas de argamassa, respingos de tinta e demais sujeiras, deixando as superfícies preparadas para a utilização imediata do espaço e assegurando a qualidade do acabamento final da obra.

6. CONCLUSÃO

Este Memorial Descritivo estabelece as diretrizes para a execução da ampliação do CMEI Maria Mazzetti, visando garantir a qualidade, a segurança e a conformidade com as normas técnicas. O cumprimento rigoroso das especificações aqui contidas é fundamental para o sucesso do empreendimento e para a entrega de uma obra que atenda plenamente às necessidades da comunidade escolar.

11 de fevereiro de 2026, Telêmaco Borba – PR.

Leonardo Canova Lima
Eng. Civil CREA – PR 181.270/D



ANEXO II-A

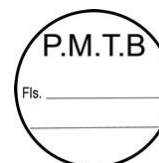
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.			Ampliação CMEI Maria Mazzetti					-	2.599.192,52	
1.1.			Serviços Preliminares					-	51.134,76	
1.1.0.0.1.	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M2	2,00	473,49	BDI 1	608,39	1.216,78	RA
1.1.0.0.2.	SINAPI	101509	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_12/2025	UN	1,00	2.177,52	BDI 1	2.797,90	2.797,90	RA
1.1.0.0.3.	Composição	00330/ORSE	Poste de concreto duplo T (DT) 9/100 - fornecimento e assentamento	un	1,00	903,94	BDI 1	1.161,47	1.161,47	RA
1.1.0.0.4.	SINAPI	95635	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM PVC 25 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024	UN	1,00	234,32	BDI 1	301,08	301,08	RA
1.1.0.0.5.	SINAPI	95675	HIDRÔMETRO DN 3/4", 5,0 M3/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2024	UN	1,00	175,62	BDI 1	225,65	225,65	RA
1.1.0.0.6.	SINAPI	105115	INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO MECANIZADA DE CONTÊINER OU MÓDULO HABITÁVEL DE USOS DIVERSOS. AF_03/2024	UN	3,00	149,67	BDI 1	192,31	576,93	RA
1.1.0.0.7.	Composição	04654/ORSE	Locação de container - Almoarifado sem banheiro - 6,00 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	16,00	800,00	BDI 1	1.027,92	16.446,72	RA
1.1.0.0.8.	Composição	04657/ORSE	Locação de container - Escritório com banheiro - 6,20 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	8,00	1.600,00	BDI 1	2.055,84	16.446,72	RA
1.1.0.0.9.	Composição	04176/ORSE	Locação de construção de edificação entre 200 e 1000 m2, inclusive execução de gabarito de madeira	m2	682,79	6,69	BDI 1	8,60	5.871,99	RA
1.1.0.0.10.	Composição	CP-SME-052	EXECUÇÃO DE CENTRAL DE ARMADURA EM CANTEIRO DE OBRA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	M2	6,00	290,79	BDI 1	373,64	2.241,84	RA
1.1.0.0.11.	Composição	CP-SME-053	EXECUÇÃO DE CENTRAL DE FORMAS, PRODUÇÃO DE ARGAMASSA OU CONCRETO EM CANTEIRO DE OBRA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	M2	6,00	499,09	BDI 1	641,28	3.847,68	RA
1.2.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					-	194.031,36	
1.2.0.0.1.	SINAPI	94295	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	8,00	13.019,74	BDI 1	16.729,06	133.832,48	RA
1.2.0.0.2.	SINAPI	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	2,00	23.425,51	BDI 1	30.099,44	60.198,88	RA
1.3.			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA					-	37.178,83	
1.3.0.0.1.	SINAPI	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	682,79	0,71	BDI 1	0,91	621,34	RA
1.3.0.0.2.	SINAPI	100977	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	34,14	8,42	BDI 1	10,82	369,39	RA



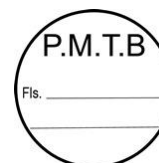
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	RECURSO
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.3.0.0.3.	SINAPI	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	85,35	3,25	BDI 1	4,18	356,76	RA
1.3.0.0.4.	SINAPI	101124	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	M3	879,31	16,58	BDI 1	21,30	18.729,30	RA
1.3.0.0.5.	Composição	CP-SME-059	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE TRATOR DE ESTEIRAS, PESO OPERACIONAL DE 9,4 T, EM CAMINHÃO GUINCHO-SOCORRO 23000 KG. AF_01/2026	UN	2,00	240,31	BDI 1	308,77	617,54	RA
1.3.0.0.6.	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO ESPESSURA 15 CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	879,31	13,65	BDI 1	17,54	15.423,10	RA
1.3.0.0.7.	Composição	CP-SME-080	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ROLO COMPACTADOR DE CARNEIRO VIBRATORIO, PESO OPERACIONAL SEM LASTRO DE 7,4 T, EM CAMINHÃO GUINCHO-SOCORRO 23000 KG. AF_01/2026	UN	2,00	202,88	BDI 1	260,68	521,36	RA
1.3.0.0.8.	Composição	CP-SME-081	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, CAÇAMBA DE 2,5 A 3,5 M3, PESO OPERACIONAL DE 18,34 T, EM CAMINHÃO TOCO, PBT 23.000 KG. AF_01/2026	UN	2,00	210,15	BDI 1	270,02	540,04	RA
1.4.			FUNDAÇÕES					-	215.959,71	
1.4.1.			ESTACAS					-	97.536,44	
1.4.1.1.			EDIFICAÇÃO					-	81.136,02	
1.4.1.1.1.	SINAPI	101174	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 25CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	M	225,00	102,76	BDI 1	132,04	29.709,00	RA
1.4.1.1.2.	SINAPI	101173	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 20CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	M	375,00	71,46	BDI 1	91,82	34.432,50	RA
1.4.1.1.3.	SINAPI	95601	ARRASAMENTO MECANICO DE ESTACA DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETROS DE ATÉ 40 CM. AF_05/2021	UN	120,00	11,59	BDI 1	14,89	1.786,80	RA
1.4.1.1.4.	SINAPI	95583	MONTAGEM DE ARMADURA TRANSVERSAL DE ESTACAS DE SEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO = 5,0 MM. AF_09/2021_PS	KG	195,17	17,85	BDI 1	22,94	4.477,20	RA
1.4.1.1.5.	SINAPI	95576	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 8,0 MM. AF_09/2021_PS	KG	655,90	12,73	BDI 1	16,36	10.730,52	RA
1.4.1.2.			ESCADAS E RAMPA					-	16.400,42	
1.4.1.2.1.	SINAPI	101174	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 25CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, COM ARMADURA DE ARRANQUE. AF_05/2020	M	99,00	102,76	BDI 1	132,04	13.071,96	RA
1.4.1.2.2.	SINAPI	95601	ARRASAMENTO MECANICO DE ESTACA DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETROS DE ATÉ 40 CM. AF_05/2021	UN	33,00	11,59	BDI 1	14,89	491,37	RA



CAIXA

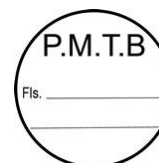
PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPOSTANTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.4.1.2.3.	SINAPI	95583	MONTAGEM DE ARMADURA TRANSVERSAL DE ESTACAS DE SEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO = 5,0 MM. AF_09/2021_PS	KG	45,59	17,85	BDI 1	22,94	1.045,83	RA
1.4.1.2.4.	SINAPI	95576	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 8,0 MM. AF_09/2021_PS	KG	109,49	12,73	BDI 1	16,36	1.791,26	RA
1.4.2.			BLOCOS DE COROAMENTO					-	33.852,81	
1.4.2.0.1.	SINAPI	96521	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA COM RETROESCAVADEIRA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	29,98	44,42	BDI 1	57,08	1.711,26	RA
1.4.2.0.2.	Composição	CP-SME-062	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA E MARTELO ROMPEDOR HIDRÁULICO, PESO OPERACIONAL DE 6,67 T, EM CAMINHÃO TOCO 23000 KG. AF_01/2026	UN	2,00	202,77	BDI 1	260,54	521,08	RA
1.4.2.0.3.	SINAPI	104737	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	19,66	29,16	BDI 1	37,47	736,66	RA
1.4.2.0.4.	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M2	18,75	46,89	BDI 1	60,25	1.129,69	RA
1.4.2.0.5.	SINAPI	96534	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	58,85	92,15	BDI 1	118,40	6.967,84	RA
1.4.2.0.6.	SINAPI	96557	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	9,38	680,92	BDI 1	874,91	8.206,66	RA
1.4.2.0.7.	SINAPI	96545	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	449,40	17,45	BDI 1	22,42	10.075,55	RA
1.4.2.0.8.	SINAPI	96557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	72,25	48,52	BDI 1	62,34	4.504,07	RA
1.4.3.			VIGAS BALDRAME					-	84.570,46	
1.4.3.1.			EDIFICAÇÃO					-	34.738,60	
1.4.3.1.1.	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS). AF_01/2024	M3	29,13	143,10	BDI 1	183,87	5.356,13	RA
1.4.3.1.2.	SINAPI	104737	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	21,10	29,16	BDI 1	37,47	790,62	RA
1.4.3.1.3.	SINAPI	96616	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_01/2024	M3	1,20	937,97	BDI 1	1.205,20	1.446,24	RA
1.4.3.1.4.	SINAPI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	84,40	78,88	BDI 1	101,35	8.553,94	RA

RECURSO



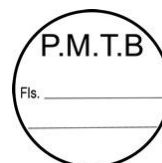
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	RECURSO ↓
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.4.3.1.5.	SINAPI	98557	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	6,83	680,92	BDI 1	874,91	5.975,64	RA
1.4.3.1.6.	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	77,84	18,91	BDI 1	24,30	1.891,51	RA
1.4.3.1.7.	SINAPI	104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	245,92	15,05	BDI 1	19,34	4.756,09	RA
1.4.3.1.8.	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	95,74	48,52	BDI 1	62,34	5.968,43	RA
1.4.3.2.			ESCADAS E RAMPA					-	49.831,86	
1.4.3.2.1.	SINAPI	98527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_01/2024	M3	22,70	143,10	BDI 1	183,87	4.173,85	RA
1.4.3.2.2.	SINAPI	104737	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	17,46	29,16	BDI 1	37,47	654,23	RA
1.4.3.2.3.	SINAPI	98616	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS. AF_01/2024	M3	0,85	937,97	BDI 1	1.205,20	1.024,42	RA
1.4.3.2.4.	SINAPI	98536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	M2	58,48	78,88	BDI 1	101,35	5.926,95	RA
1.4.3.2.5.	SINAPI	98557	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	M3	4,39	680,92	BDI 1	874,91	3.840,85	RA
1.4.3.2.6.	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	125,68	18,91	BDI 1	24,30	3.054,02	RA
1.4.3.2.7.	SINAPI	104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	1.367,58	15,05	BDI 1	19,34	26.449,00	RA
1.4.3.2.8.	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	75,53	48,52	BDI 1	62,34	4.708,54	RA
1.5.			SUPERESTRUTURA					-	596.883,93	
1.5.1.			PILARES					-	60.301,10	
1.5.1.1.			TÉRREO					-	34.570,48	
1.5.1.1.1.	SINAPI	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	143,37	74,52	BDI 1	95,75	13.727,68	RA
1.5.1.1.2.	SINAPI	103672	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	8,53	625,42	BDI 1	803,60	6.854,71	RA



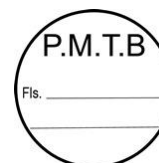
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-28 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.5.1.1.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-80 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	136,90	15,30	BDI 1	19,66	2.691,45	RA
1.5.1.1.4.	SINAPI	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	229,50	12,43	BDI 1	15,97	3.665,12	RA
1.5.1.1.5.	SINAPI	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	43,19	10,85	BDI 1	13,94	602,07	RA
1.5.1.1.6.	SINAPI	92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	512,32	8,99	BDI 1	11,55	5.917,30	RA
1.5.1.1.7.	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	17,84	48,52	BDI 1	62,34	1.112,15	RA
1.5.1.2.			PRIMEIRO PAVIMENTO					-	23.669,79	
1.5.1.2.1.	SINAPI	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	102,50	74,52	BDI 1	95,75	9.814,38	RA
1.5.1.2.2.	SINAPI	103672	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	4,49	625,42	BDI 1	803,60	3.608,16	RA
1.5.1.2.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-80 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	85,08	15,30	BDI 1	19,66	1.672,67	RA
1.5.1.2.4.	SINAPI	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	222,50	12,43	BDI 1	15,97	3.553,33	RA
1.5.1.2.5.	SINAPI	92763	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	434,74	8,99	BDI 1	11,55	5.021,25	RA
1.5.1.3.			COBERTURA					-	2.060,83	
1.5.1.3.1.	SINAPI	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M2	11,80	74,52	BDI 1	95,75	1.129,85	RA
1.5.1.3.2.	SINAPI	103672	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 25 MPA, COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	0,44	625,42	BDI 1	803,60	353,58	RA
1.5.1.3.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-80 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	9,63	15,30	BDI 1	19,66	189,33	RA



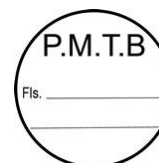
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.5.1.3.4.	SINAPI	92781	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	24,30	12,43	BDI 1	15,97	388,07	RA
1.5.2.			VIGAS					-	157.702,71	
1.5.2.1.			TÉRREO					-	81.363,66	
1.5.2.1.1.	SINAPI	92285	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	M2	272,45	117,98	BDI 1	151,59	41.300,70	RA
1.5.2.1.2.	SINAPI	103875	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	21,14	826,36	BDI 1	804,81	17.013,68	RA
1.5.2.1.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	298,39	15,30	BDI 1	19,66	5.886,35	RA
1.5.2.1.4.	SINAPI	92781	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	450,58	12,43	BDI 1	15,97	7.195,76	RA
1.5.2.1.5.	SINAPI	92782	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	716,44	10,85	BDI 1	13,94	9.987,17	RA
1.5.2.2.			PRIMEIRO PAVIMENTO					-	52.316,55	
1.5.2.2.1.	SINAPI	92285	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	M2	188,52	117,98	BDI 1	151,59	28.577,75	RA
1.5.2.2.2.	SINAPI	103875	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	11,59	826,36	BDI 1	804,81	9.327,75	RA
1.5.2.2.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	175,18	15,30	BDI 1	19,66	3.444,04	RA
1.5.2.2.4.	SINAPI	92780	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	102,59	13,74	BDI 1	17,65	1.810,71	RA
1.5.2.2.5.	SINAPI	92781	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	475,24	12,43	BDI 1	15,97	7.589,58	RA
1.5.2.2.6.	SINAPI	92782	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	112,39	10,85	BDI 1	13,94	1.566,72	RA
1.5.2.3.			COBERTURA					-	4.042,82	
1.5.2.3.1.	SINAPI	92285	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	M2	15,03	117,98	BDI 1	151,59	2.278,40	RA



CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

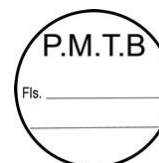
Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.5.2.3.2.	SINAPI	103675	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	0,75	626,36	BDI 1	804,81	603,61	RA
1.5.2.3.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	15,87	15,30	BDI 1	19,66	312,00	RA
1.5.2.3.4.	SINAPI	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	53,15	12,43	BDI 1	15,97	848,81	RA
1.5.2.4.			MURO DE ARRIMO					-	19.979,68	
1.5.2.4.1.	SINAPI	92265	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	M2	60,26	117,98	BDI 1	151,59	9.134,81	RA
1.5.2.4.2.	SINAPI	103675	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=25 MPA, PARA LAJES MACIÇAS OU NERVURADAS COM USO DE BOMBA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_02/2022_PS	M3	3,62	626,36	BDI 1	804,81	2.913,41	RA
1.5.2.4.3.	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	130,53	15,30	BDI 1	19,66	2.566,22	RA
1.5.2.4.4.	SINAPI	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	309,08	10,85	BDI 1	13,94	4.308,58	RA
1.5.2.4.5.	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	16,95	48,52	BDI 1	62,34	1.056,66	RA
1.5.3.			LAJES					-	173.400,71	
1.5.3.0.1.	SINAPI	106058	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL COM VÃOS MAIORES QUE 3,0 M, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA PROTENDIDA, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 20 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (16+4). AF_08/2025	M2	407,39	169,99	BDI 1	218,42	88.982,12	RA
1.5.3.0.2.	SINAPI	101960	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL COM VÃOS MAIORES QUE 3,0 M, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA PROTENDIDA, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 16 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (12+4). AF_08/2025	M2	398,37	164,92	BDI 1	211,91	84.418,59	RA
1.5.4.			ESCADAS E RAMPAS					-	205.479,41	
1.5.4.0.1.	SINAPI	102073	ESCALA EM CONCRETO ARMADO MOLDADO IN LOCO, FCK 25 MPA, COM 1 LANCE E LAJE PLANA, FÔRMA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA. AF_11/2020	M3	38,39	3.999,83	BDI 1	5.139,38	197.300,80	RA
1.5.4.0.2.	SINAPI	96621	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICAÇÃO EM BLOCOS DE COROAMENTO, ESPESSURA DE 5 CM". AF_01/2024	M3	2,56	249,03	BDI 1	319,98	819,15	RA

RECURSO

↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

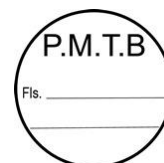
Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Prego Unitário (com BDI) (R\$)	Prego Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.5.4.0.3.	SINAPI	104626	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C25, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_03/2023	M3	5,12	728,25	BDI 1	935,73	4.790,94	RA
1.5.4.0.4.	SINAPI	97092	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-198. AF_09/2021	KG	159,14	12,56	BDI 1	16,14	2.568,52	RA
1.6.			INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA					-	24.711,81	
1.6.0.0.1.	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	64,62	30,29	BDI 1	38,92	2.515,01	RA
1.6.0.0.2.	SINAPI	89357	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	0,86	40,09	BDI 1	51,51	44,30	RA
1.6.0.0.3.	SINAPI	103978	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	7,91	29,31	BDI 1	37,66	297,89	RA
1.6.0.0.4.	SINAPI	103979	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	34,61	33,66	BDI 1	43,25	1.496,88	RA
1.6.0.0.5.	SINAPI	89450	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	39,18	27,89	BDI 1	35,84	1.404,21	RA
1.6.0.0.6.	SINAPI	89451	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	13,60	45,06	BDI 1	57,90	787,44	RA
1.6.0.0.7.	SINAPI	104779	RASGO LINEAR MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	24,76	7,64	BDI 1	9,82	243,14	RA
1.6.0.0.8.	SINAPI	104781	RASGO LINEAR MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	M	32,01	8,83	BDI 1	11,35	363,31	RA
1.6.0.0.9.	SINAPI	90466	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	24,76	20,06	BDI 1	25,78	638,31	RA
1.6.0.0.10.	SINAPI	90467	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	M	32,01	30,13	BDI 1	38,71	1.239,11	RA
1.6.0.0.11.	SINAPI	90373	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2 INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	11,00	15,16	BDI 1	19,48	214,28	RA
1.6.0.0.12.	SINAPI	89396	TE COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 1/2, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6,00	23,09	BDI 1	29,67	178,02	RA

RECURSO

←

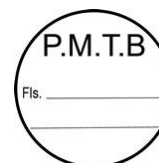


PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	RECURSO
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.6.0.0.13.	SINAPI	89362	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	14,00	12,40	BDI 1	15,93	223,02	RA
1.6.0.0.14.	SINAPI	103980	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	20,93	BDI 1	26,89	26,89	RA
1.6.0.0.15.	SINAPI	89501	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	21,00	16,65	BDI 1	21,39	449,19	RA
1.6.0.0.16.	SINAPI	89505	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	11,00	41,96	BDI 1	53,91	593,01	RA
1.6.0.0.17.	SINAPI	89513	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2,00	99,71	BDI 1	128,12	256,24	RA
1.6.0.0.18.	SINAPI	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4,00	16,97	BDI 1	21,80	87,20	RA
1.6.0.0.19.	SINAPI	104011	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	29,57	BDI 1	37,99	37,99	RA
1.6.0.0.20.	SINAPI	104004	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	35,02	BDI 1	45,00	45,00	RA
1.6.0.0.21.	SINAPI	89628	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	14,00	49,42	BDI 1	63,50	889,00	RA
1.6.0.0.22.	SINAPI	89629	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	3,00	80,76	BDI 1	103,77	311,31	RA
1.6.0.0.23.	SINAPI	89627	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	22,02	BDI 1	28,29	28,29	RA
1.6.0.0.24.	SINAPI	103976	TE DE REDUÇÃO, 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 32 MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	27,45	BDI 1	35,27	35,27	RA
1.6.0.0.25.	SINAPI	89426	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	11,27	BDI 1	14,48	14,48	RA
1.6.0.0.26.	SINAPI	89579	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6,00	12,63	BDI 1	16,23	97,38	RA
1.6.0.0.27.	SINAPI	89605	LUVA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 60MM X 50MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	15,00	21,65	BDI 1	27,82	417,30	RA
1.6.0.0.28.	Composição	01076/ORSE	Bucha de redução curta de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 75 x 60mm Rev. 01 - 10/2022	un	4,00	32,74	BDI 1	42,07	168,28	RA
1.6.0.0.29.	Composição	01099/ORSE	Cap de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 75mm	un	3,00	27,84	BDI 1	35,77	107,31	RA

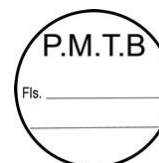


PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	Apelido do Empreendimento Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.6.0.0.30.	SINAPI	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	6,00	103,62	BDI 1	133,14	798,84	RA
1.6.0.0.31.	SINAPI	94792	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	126,07	BDI 1	161,99	161,99	RA
1.6.0.0.32.	SINAPI	94794	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	3,00	183,13	BDI 1	235,30	705,90	RA
1.6.0.0.33.	SINAPI	94498	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	5,00	160,55	BDI 1	206,29	1.031,45	RA
1.6.0.0.34.	SINAPI	94499	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	315,62	BDI 1	405,54	405,54	RA
1.6.0.0.35.	SINAPI	99635	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 1/2", ACABAMENTO METÁLICO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	12,00	391,53	BDI 1	503,08	6.036,96	RA
1.6.0.0.36.	SINAPI	94796	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	43,23	BDI 1	55,55	55,55	RA
1.6.0.0.37.	SINAPI	102609	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 2000 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	1.409,33	BDI 1	1.810,85	1.810,85	RA
1.6.0.0.38.	SINAPI	102591	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 25 MM. AF_06/2021	UN	1,00	5,85	BDI 1	7,52	7,52	RA
1.6.0.0.39.	SINAPI	102593	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 32 MM. AF_06/2021	UN	1,00	6,62	BDI 1	8,51	8,51	RA
1.6.0.0.40.	SINAPI	102595	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 40 MM. AF_06/2021	UN	1,00	7,48	BDI 1	9,61	9,61	RA
1.6.0.0.41.	SINAPI	102597	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 50 MM. AF_06/2021	UN	1,00	8,56	BDI 1	11,00	11,00	RA
1.6.0.0.42.	SINAPI	102601	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 75 MM. AF_06/2021	UN	1,00	11,25	BDI 1	14,46	14,46	RA
1.6.0.0.43.	SINAPI	94703	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,00	21,40	BDI 1	27,50	27,50	RA
1.6.0.0.44.	SINAPI	94704	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,00	27,73	BDI 1	35,63	35,63	RA
1.6.0.0.45.	SINAPI	94705	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM X 1 1/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,00	36,97	BDI 1	47,50	47,50	RA
1.6.0.0.46.	SINAPI	94706	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,00	36,44	BDI 1	46,82	46,82	RA

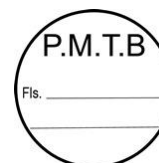


PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	RECURSO
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.6.0.0.47.	SINAPI	94713	ADAPTADOR COM FLANGES LIVRES, PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM X 2 1/2", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	UN	1,00	223,46	BDI 1	287,12	287,12	RA
1.7.			SISTEMAS PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO					-	33.093,61	
1.7.0.0.1.	SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	41,04	27,08	BDI 1	34,80	1.428,19	RA
1.7.0.0.2.	SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	57,29	33,38	BDI 1	42,89	2.457,17	RA
1.7.0.0.3.	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	144,73	46,48	BDI 1	59,72	8.643,28	RA
1.7.0.0.4.	SINAPI	104779	RASGO LINEAR MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	8,40	7,64	BDI 1	9,82	82,49	RA
1.7.0.0.5.	SINAPI	104781	RASGO LINEAR MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA RAMAIS/ DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	M	25,40	8,83	BDI 1	11,35	288,29	RA
1.7.0.0.6.	SINAPI	90466	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	8,40	20,06	BDI 1	25,78	216,55	RA
1.7.0.0.7.	SINAPI	90467	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM. AF_09/2023	M	25,40	30,13	BDI 1	38,71	983,23	RA
1.7.0.0.8.	SINAPI	102282	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE MOLE, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	34,34	15,16	BDI 1	19,48	668,94	RA
1.7.0.0.9.	SINAPI	104729	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	M3	33,44	17,75	BDI 1	22,81	762,77	RA
1.7.0.0.10.	Composição	CP-SME-063	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ESCAVADEIRA SOBRE ESTEIRAS, PESO OPERACIONAL DE 17 T, EM CAMINHÃO TOCO, PBT 23.000 KG. AF_01/2026	UN	4,00	224,67	BDI 1	288,68	1.154,72	RA



CAIXA

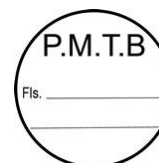
PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPOSTANTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.7.0.0.11.	SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	30,00	12,94	BDI 1	16,83	498,90	RA
1.7.0.0.12.	SINAPI	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	19,00	17,20	BDI 1	22,10	419,90	RA
1.7.0.0.13.	SINAPI	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	22,00	30,75	BDI 1	39,51	869,22	RA
1.7.0.0.14.	SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	9,00	13,18	BDI 1	16,93	152,37	RA
1.7.0.0.15.	SINAPI	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	4,00	17,94	BDI 1	23,05	92,20	RA
1.7.0.0.16.	SINAPI	89746	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	10,00	31,60	BDI 1	40,60	406,00	RA
1.7.0.0.17.	SINAPI	89783	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8,00	18,59	BDI 1	23,89	191,12	RA
1.7.0.0.18.	SINAPI	89797	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	6,00	55,72	BDI 1	71,59	429,54	RA
1.7.0.0.19.	SINAPI	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8,00	27,21	BDI 1	34,96	279,68	RA
1.7.0.0.20.	SINAPI	89796	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,00	47,53	BDI 1	61,07	61,07	RA
1.7.0.0.21.	SINAPI	104344	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8,00	44,68	BDI 1	57,41	459,28	RA
1.7.0.0.22.	SINAPI	104345	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	6,00	46,80	BDI 1	60,13	360,78	RA
1.7.0.0.23.	SINAPI	104348	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	8,00	11,63	BDI 1	14,94	119,52	RA

RECURSO



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

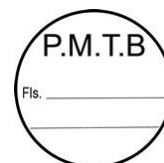
Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,48%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.7.0.0.24.	SINAPI	104328	CAIXA SIFONADA, COM GRELHA QUADRADA, PVC, DN 150 X 150 X 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	7,00	78,81	BDI 1	101,26	708,82	RA
1.7.0.0.25.	SINAPI	97908	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,8 M PARA REDE DE ESGOTO. AF_12/2020	UN	9,00	876,87	BDI 1	1.126,89	10.140,21	RA
1.7.0.0.26.	SINAPI	98109	CAIXA DE GORDURA ESPECIAL (CAPACIDADE: 312 L - PARA ATÉ 146 PESSOAS SERVIDAS NO PICO), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 0,4X1,2 M, ALTURA INTERNA = 1 M. AF_12/2020	UN	1,00	949,00	BDI 1	1.219,37	1.219,37	RA
1.8.			INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS					-	12.496,46	
1.8.0.0.1.	SINAPI	100327	RUFO EXTERNO/INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 33 CM, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M	46,93	58,46	BDI 1	75,12	3.525,38	RA
1.8.0.0.2.	SINAPI	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	12,71	167,47	BDI 1	215,18	2.734,94	RA
1.8.0.0.3.	SINAPI	89578	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_08/2022	M	8,10	34,89	BDI 1	44,83	363,12	RA
1.8.0.0.4.	SINAPI	91175	FIXAÇÃO DE TUBOS VERTICAIS DE PVC ÁGUA, PVC ESGOTO, PVC ÁGUA PLUVIAL, CPVC, PPR, COBRE OU AÇO, DIÂMETROS MAIORES QUE 75 MM E MENORES OU IGUAIS A 100 MM, COM ABRAÇADEIRA METÁLICA RÍGIDA TIPO U PERFIL 4", FIXADA EM PERFILADO EM PAREDE. AF_09/2023_PS	M	6,40	13,67	BDI 1	17,56	112,38	RA
1.8.0.0.5.	SINAPI	89584	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_08/2022	UN	6,00	48,50	BDI 1	62,32	373,92	RA
1.8.0.0.6.	SINAPI	89512	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_08/2022	M	10,39	57,21	BDI 1	73,51	763,77	RA
1.8.0.0.7.	SINAPI	99258	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	UN	2,00	284,13	BDI 1	365,08	730,16	RA
1.8.0.0.8.	SINAPI	102666	DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	48,19	62,87	BDI 1	80,78	3.892,79	RA
1.9.			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					-	113.146,93	
1.9.0.0.1.	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1.678,04	5,26	BDI 1	6,76	11.343,55	RA

RECURSO

←



CAIXA

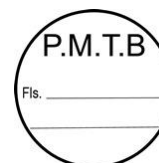
PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti										2.599.192,52
1.9.0.0.2.	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	395,34	8,07	BDI 1	10,37	4.099,68	RA
1.9.0.0.3.	SINAPI	91930	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	266,13	11,25	BDI 1	14,46	3.848,24	RA
1.9.0.0.4.	SINAPI	101561	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2025	M	25,48	18,62	BDI 1	23,92	609,48	RA
1.9.0.0.5.	SINAPI	92986	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	101,92	44,54	BDI 1	57,23	5.832,88	RA
1.9.0.0.6.	SINAPI	91852	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	446,15	12,06	BDI 1	15,50	6.915,33	RA
1.9.0.0.7.	SINAPI	91854	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	32,16	13,06	BDI 1	16,78	539,64	RA
1.9.0.0.8.	SINAPI	91856	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	11,74	16,70	BDI 1	21,46	251,94	RA
1.9.0.0.9.	SINAPI	91860	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	36,25	16,96	BDI 1	21,79	789,89	RA
1.9.0.0.10.	SINAPI	97668	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	1,70	16,07	BDI 1	20,65	35,11	RA
1.9.0.0.11.	SINAPI	104780	RASGO LINEAR MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	526,30	7,68	BDI 1	9,87	5.194,58	RA
1.9.0.0.12.	Composição	CP-SME-066	RASGO LINEAR MECANIZADO EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM.	M	1,70	8,84	BDI 1	11,36	19,31	RA
1.9.0.0.13.	SINAPI	104766	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	526,30	20,50	BDI 1	26,34	13.862,74	RA
1.9.0.0.14.	Composição	CP-SME-067	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA ELETRODUTOS COM DIÂMETROS MAIORES QUE 40 MM E MENORES OU IGUAIS A 75 MM.	M	1,70	30,15	BDI 1	38,74	65,86	RA
1.9.0.0.15.	SINAPI	91941	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	43,00	16,51	BDI 1	21,21	912,03	RA
1.9.0.0.16.	SINAPI	91940	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	46,00	25,44	BDI 1	32,69	1.503,74	RA

RECURSO
↓



CAIXA

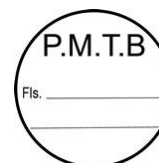
PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA
			BDI 1 28,49%
			BDI 2 0,00%
			BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.9.0.0.17.	SINAPI	91939	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	22,00	43,67	BDI 1	56,11	1.234,42	RA
1.9.0.0.18.	SINAPI	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	116,00	23,32	BDI 1	29,96	3.475,36	RA
1.9.0.0.19.	SINAPI	91936	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	26,75	BDI 1	34,37	171,85	RA
1.9.0.0.20.	SINAPI	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	43,00	38,00	BDI 1	48,83	2.099,69	RA
1.9.0.0.21.	SINAPI	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	43,27	BDI 1	55,80	278,00	RA
1.9.0.0.22.	SINAPI	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	17,00	56,93	BDI 1	73,15	1.243,55	RA
1.9.0.0.23.	SINAPI	91997	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	20,00	45,41	BDI 1	58,35	1.167,00	RA
1.9.0.0.24.	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	59,07	BDI 1	75,90	379,50	RA
1.9.0.0.25.	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	15,00	36,37	BDI 1	46,73	700,95	RA
1.9.0.0.26.	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	55,05	BDI 1	70,73	70,73	RA
1.9.0.0.27.	SINAPI	91967	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	73,73	BDI 1	94,74	473,70	RA
1.9.0.0.28.	SINAPI	91949	SUPORTE PARAFUSADO COM PLACA DE ENCAIXE 4" X 4" ALTO (2,00 M DO PISO) PARA PONTO ELÉTRICO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	23,81	BDI 1	30,59	152,95	RA
1.9.0.0.29.	SINAPI	91990	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	5,00	43,60	BDI 1	56,02	280,10	RA
1.9.0.0.30.	SINAPI	101879	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1,00	572,85	BDI 1	736,05	736,05	RA
1.9.0.0.31.	SINAPI	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	3,00	13,50	BDI 1	17,35	52,05	RA
1.9.0.0.32.	SINAPI	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	10,00	13,50	BDI 1	17,35	173,50	RA
1.9.0.0.33.	SINAPI	93660	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	5,00	64,17	BDI 1	82,45	412,25	RA
1.9.0.0.34.	Composição	08490/ORSE	Disjuntor termomagnético tripolar 100 A, padrão DIN (Europeu - linha branca), 10KA	un	1,00	541,86	BDI 1	696,24	696,24	RA
1.9.0.0.35.	Composição	13149/ORSE	Dispositivo DR tetrapolar 100 A, tipo AC, 30MA	un	1,00	326,78	BDI 1	419,88	419,88	RA

RECURSO



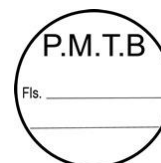
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	RECURSO ↓
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.9.0.0.36.	SINAPI	106027	DISPOSITIVO DPS 20KA-175V OU 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4,00	85,47	BDI 1	109,82	439,28	RA
1.9.0.0.37.	SINAPI	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2024	UN	7,00	22,48	BDI 1	28,88	202,16	RA
1.9.0.0.38.	Composição	CP-SME-064	Luminária de sobrepor com aletas, para lâmpada led, 2 x 20 W, inclusive lâmpadas.	UN	99,00	285,84	BDI 1	387,28	36.360,72	RA
1.9.0.0.39.	Composição	CP-SME-065	Luminária de sobrepor com aletas, para lâmpada led, 2 x 10 W, inclusive lâmpadas.	UN	17,00	279,40	BDI 1	359,00	6.103,00	RA
1.10.			ALVENARIA					-	88.440,40	
1.10.0.0.1.	SINAPI	103366	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X19X39 CM (ESPESSURA 11,5 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	58,85	69,16	BDI 1	88,86	5.229,41	RA
1.10.0.0.2.	SINAPI	103368	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	421,88	78,68	BDI 1	101,10	42.652,07	RA
1.10.0.0.3.	SINAPI	103370	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 19X19X39 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M2	47,16	98,09	BDI 1	126,04	5.944,05	RA
1.10.0.0.4.	SINAPI	101161	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO (COBOGÓ) DE 7X50X50CM E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_05/2020	M2	5,30	240,00	BDI 1	308,38	1.634,41	RA
1.10.0.0.5.	SINAPI	89455	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO PALHETA. AF_10/2022	M2	114,20	106,40	BDI 1	136,71	15.612,28	RA
1.10.0.0.6.	SINAPI	105023	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	122,50	77,28	BDI 1	99,30	12.164,25	RA
1.10.0.0.7.	SINAPI	105029	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024	M	70,80	57,37	BDI 1	73,71	5.203,93	RA
1.11.			REVESTIMENTOS					-	186.688,73	
1.11.1.			REVESTIMENTOS INTERNOS					-	120.083,62	
1.11.1.0.1.	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	977,77	5,53	BDI 1	7,11	6.951,94	RA
1.11.1.0.2.	SINAPI	87527	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E =17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	40,38	47,59	BDI 1	61,15	2.469,24	RA



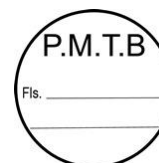
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.11.1.0.3.	SINAPI	87535	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	937,39	38,20	BDI 1	49,08	46.007,10	RA
1.11.1.0.4.	SINAPI	87882	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ALVENARIA E ESTRUTURA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	372,49	7,07	BDI 1	9,08	3.382,21	RA
1.11.1.0.5.	SINAPI	90408	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	372,49	39,92	BDI 1	51,29	19.105,01	RA
1.11.1.0.6.	SINAPI	87273	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 33X45 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	63,36	73,52	BDI 1	94,47	5.985,62	RA
1.11.1.0.7.	Composição	CP-SME-068	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM DIMENSÕES 7 X 24 CM.	M2	274,63	102,54	BDI 1	131,75	36.182,50	RA
1.11.2.			REVESTIMENTOS EXTERNOS					-	66.605,11	
1.11.2.0.1.	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	161,90	10,45	BDI 1	13,43	2.174,32	RA
1.11.2.0.2.	SINAPI	104217	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	161,90	61,94	BDI 1	79,59	12.885,62	RA
1.11.2.0.3.	SINAPI	87894	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	M2	376,30	8,86	BDI 1	11,38	4.282,29	RA
1.11.2.0.4.	SINAPI	104233	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA SEM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESSURA DE 25 MM, ACESSO POR ANDAIME. AF_08/2022	M2	376,30	44,81	BDI 1	57,58	21.667,35	RA
1.11.2.0.5.	SINAPI	87244	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO. AF_02/2023	M2	38,34	285,87	BDI 1	367,31	14.082,67	RA
1.11.2.0.6.	SINAPI	98562	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 1,5CM. AF_09/2023	M2	144,38	62,06	BDI 1	79,74	11.512,86	RA
1.12.			PINTURA					-	149.405,31	

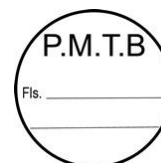


PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-28 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.12.1.			INTERNA					-	102.038,04	
1.12.1.0.1.	SINAPI	88497	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	681,89	24,06	BDI 1	30,91	21.077,22	RA
1.12.1.0.2.	SINAPI	88498	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM TETO, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	703,30	42,89	BDI 1	55,11	38.758,86	RA
1.12.1.0.3.	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	681,89	4,78	BDI 1	6,14	4.186,80	RA
1.12.1.0.4.	SINAPI	88484	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	703,30	6,07	BDI 1	7,80	5.485,74	RA
1.12.1.0.5.	SINAPI	88489	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	681,89	14,95	BDI 1	19,21	13.099,11	RA
1.12.1.0.6.	SINAPI	88488	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	703,30	18,12	BDI 1	23,28	16.372,82	RA
1.12.1.0.7.	SINAPI	102197	PINTURA FUNDO NIVELADOR ALQUIDICO BRANCO EM MADEIRA. AF_01/2021	M2	42,81	34,55	BDI 1	44,39	1.900,34	RA
1.12.1.0.8.	SINAPI	102218	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO FOSCO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	M2	42,81	21,04	BDI 1	27,03	1.157,15	RA
1.12.2.			EXTERNA					-	47.367,27	
1.12.2.0.1.	SINAPI	96131	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	499,85	36,86	BDI 1	47,36	23.672,90	RA
1.12.2.0.2.	SINAPI	88411	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_03/2024	M2	499,85	5,02	BDI 1	6,45	3.224,03	RA
1.12.2.0.3.	SINAPI	95622	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_03/2024	M2	499,85	17,72	BDI 1	22,77	11.381,58	RA
1.12.2.0.4.	SINAPI	102492	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M2	225,92	31,31	BDI 1	40,23	9.088,76	RA
1.13.			COBERTURA					-	306.641,37	
1.13.0.0.1.	SINAPI	92588	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 6 M. PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025	UN	3,00	1.268,62	BDI 1	1.630,05	4.890,15	RA
1.13.0.0.2.	Composição	CP-SME-069	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM AÇO, VÃO DE 15,40 M. PARA TELHA CERÂMICA, INCLUSO IÇAMENTO.	UN	9,00	2.466,71	BDI 1	3.169,48	28.525,32	RA
1.13.0.0.3.	SINAPI	92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, METÁLICA, PLÁSTICA OU TERMOACÚSTICA, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL, EXCLUSIVE PINTURA. AF_10/2025_PS	M2	427,61	51,88	BDI 1	66,66	28.504,48	RA



CAIXA

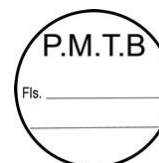
PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.13.0.0.4.	SINAPI	94195	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO PORTUGUESA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	427,61	46,54	BDI 1	59,80	25.571,08	RA
1.13.0.0.5.	SINAPI	94221	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	31,52	32,88	BDI 1	42,25	1.331,72	RA
1.13.0.0.6.	Composição	CP-SME-070	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TRELIÇADA 28,80 M, CAPACIDADE MÁXIMA 30 T, EM CAVALO MECÂNICO.	UN	2,00	1.394,99	BDI 1	1.792,42	3.584,84	RA
1.13.0.0.7.	SINAPI	100719	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	218,22	12,73	BDI 1	16,36	3.570,08	RA
1.13.0.0.8.	SINAPI	100739	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	218,22	12,54	BDI 1	16,11	3.515,52	RA
1.13.0.0.9.	SINAPI	102181	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 10 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	M2	218,96	574,47	BDI 1	738,14	161.623,13	RA
1.13.0.0.10.	Composição	CP-SME-071	Instalação de tubo de aço galvanizado, diâmetro 48,3 mm, chapa 2,65 mm.	KG	445,81	19,97	BDI 1	25,66	11.439,48	RA
1.13.0.0.11.	Composição	CP-SME-072	Instalação de tubo metalon galvanizado, 50x30 mm, chapa 1,2 mm.	KG	251,58	11,85	BDI 1	15,23	3.831,56	RA
1.13.0.0.12.	Composição	CP-SME-073	Instalação de tubo metalon galvanizado, 20x20 mm, chapa 0,95 mm.	KG	79,65	14,72	BDI 1	18,91	1.506,18	RA
1.13.0.0.13.	SINAPI	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	M2	330,81	59,08	BDI 1	75,91	25.111,79	RA
1.13.0.0.14.	SINAPI	96123	ACABAMENTOS PARA FORRO (MOLDURA EM DRYWALL, COM LARGURA DE 15 CM). AF_08/2023_PS	M	87,70	32,27	BDI 1	41,46	3.636,04	RA
1.14.			PISOS					-	304.944,10	
1.14.0.0.1.	SINAPI	96622	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	M3	5,11	229,23	BDI 1	294,54	1.505,10	RA
1.14.0.0.2.	SINAPI	95240	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERES, ESPESSURA DE 3 CM. AF_01/2024	M2	307,94	22,42	BDI 1	28,81	8.871,75	RA
1.14.0.0.3.	SINAPI	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	20,51	712,20	BDI 1	915,11	18.768,91	RA
1.14.0.0.4.	SINAPI	87620	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 2CM. AF_07/2021	M2	1.000,71	36,41	BDI 1	46,78	46.813,21	RA
1.14.0.0.5.	SINAPI	87261	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 6 M². AF_02/2023_PE	M2	6,89	144,94	BDI 1	186,23	1.283,12	RA

RECURSO



CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

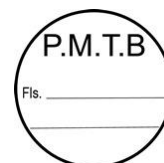
Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

RECURSO

↓

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.14.0.0.6.	SINAPI	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF_02/2023_PE	M2	480,25	115,93	BDI 1	148,96	71.538,04	RA
1.14.0.0.7.	Composição	08928/ORSE	Revestimento cerâmico para piso ou parede, 50 x 50 cm, antiderrapante (porcelanato), Elizabeth ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço	m2	133,05	76,34	BDI 1	98,09	13.050,87	RA
1.14.0.0.8.	SINAPI	88650	RODAPÊ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 60X60CM. AF_02/2023	M	371,23	12,49	BDI 1	16,05	5.958,24	RA
1.14.0.0.9.	Composição	12704/ORSE	Piso vinílico em manta, condutivo, dim. 2,0 x 23,00m, e = 2mm, ref. IQ TORO SC, da Tarkett ou similar - fornecimento e instalação, exclusive regularização do piso	m2	154,80	499,63	BDI 1	641,97	99.248,56	RA
1.14.0.0.10.	Composição	10354/ORSE	Fornecimento e instalação de rodapé de poliestireno, com pvc, Santa Luzia, ref. 480, branco, 15 cm	m	93,50	50,66	BDI 1	65,09	6.085,92	RA
1.14.0.0.11.	SINAPI	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	M	49,56	132,88	BDI 1	170,74	8.461,87	RA
1.14.0.0.12.	SINAPI	103946	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_07/2024	M2	556,69	14,73	BDI 1	18,93	10.538,14	RA
1.14.0.0.13.	SINAPI	104796	DEMOLIÇÃO DE GUIAS, SARJETAS OU SARJETÕES, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	45,22	17,66	BDI 1	22,69	1.026,04	RA
1.14.0.0.14.	SINAPI	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	1,36	10,20	BDI 1	13,11	17,83	RA
1.14.0.0.15.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1,36	2,66	BDI 1	3,42	4,65	RA
1.14.0.0.16.	SINAPI	92403	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	72,35	69,17	BDI 1	88,88	6.430,47	RA
1.14.0.0.17.	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	45,22	46,85	BDI 1	60,20	2.722,24	RA
1.14.0.0.18.	SINAPI	94288	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA. AF_01/2024	M	45,22	45,08	BDI 1	57,92	2.619,14	RA
1.15.			ESQUADRIAS					-	164.565,16	
1.15.0.0.1.	SINAPI	90789	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 70X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	1,00	983,88	BDI 1	1.264,19	1.264,19	RA



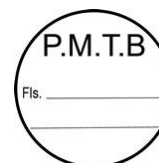
CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.15.0.0.2.	SINAPI	90791	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 80X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	5,00	1.192,74	BDI 1	1.532,55	7.662,75	RA
1.15.0.0.3.	SINAPI	90793	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA PESADA OU SUPERPESADA, 90X210CM, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	7,00	1.244,21	BDI 1	1.598,69	11.190,83	RA
1.15.0.0.4.	Composição	CP-SME-074	INSTALAÇÃO DE CHAPA DE AÇO GALVANIZADA, E=0,7 MM.	M2	0,72	137,94	BDI 1	177,24	127,61	RA
1.15.0.0.5.	SINAPI	100874	PUXADOR PARA PCD, FIXADO NA PORTA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	239,12	BDI 1	307,25	614,50	RA
1.15.0.0.6.	Cotação	08030/ORSE	Porta em madeira lei (Ipê), lisa, semi-ôca, 90 x 210cm, com visor de vidro 6mm (50x80cm), inclusive batentes e ferragens	un	1,00	1.116,68	BDI 1	1.434,82	1.434,82	RA
1.15.0.0.7.	SINAPI	91341	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	M2	6,40	1.124,50	BDI 1	1.444,87	9.247,17	RA
1.15.0.0.8.	SINAPI	100705	TARJETA TIPO LIVRE/OCUPADO PARA PORTA DE BANHEIRO. AF_10/2025	UN	4,00	78,83	BDI 1	101,29	405,16	RA
1.15.0.0.9.	Composição	CP-SME-020	Porta em vidro temperado 10 mm, incolor, inclusive ferragens de fixação e instalação, incluído puxadores tubulares simples em alumínio cromado com comprimento de aproximadamente 400 mm e diâmetro de 25 mm	M2	74,15	729,56	BDI 1	937,41	69.508,95	RA
1.15.0.0.10.	Composição	CP-SME-014	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS	M2	3,36	637,11	BDI 1	818,62	2.750,56	RA
1.15.0.0.11.	Composição	13398/ORSE	Fornecimento e instalação de janela em vidro temperado incolor 8mm, inclusive perfis e ferragens	m2	31,20	450,00	BDI 1	578,21	18.040,15	RA
1.15.0.0.12.	SINAPI	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, BATENTE/ REQUADRO 3 A 14 CM, VIDRO INCLUSO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 60X80 (A X L) CM, SEM ACABAMENTO, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	M2	23,08	1.125,66	BDI 1	1.446,36	33.381,99	RA
1.15.0.0.13.	Composição	01991/ORSE	Peitoril mármore branco, c/ largura = 22 cm, esp = 2 cm	m	46,60	149,25	BDI 1	191,77	8.936,48	RA
1.16.			LOUÇAS E METAIS					-	113.150,51	
1.16.1.			LOUÇAS					-	42.886,84	
1.16.1.0.1.	Composição	09245/ORSE	Vaso sanitário linha infantil, CELITE ou similar c/ox acoplada, inclusive assento sanitário infantil, conjunto de fixação DECA SP13 ou similar, anel de vedação, tubo de ligação com acabamento cromado e engate plástico	un	11,00	1.163,63	BDI 1	1.495,15	16.446,65	RA
1.16.1.0.2.	SINAPI	86931	VASO SANITARIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	666,76	BDI 1	856,72	856,72	RA



CAIXA

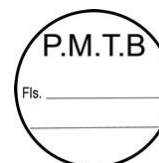
PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,40%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.16.1.0.3.	SINAPI	100849	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	1,00	46,14	BDI 1	59,29	59,29	RA
1.16.1.0.4.	SINAPI	86941	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 45 X 55CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO MÉDIO, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL DE 40CM EM METAL CROMADO, COM TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	1.024,52	BDI 1	1.316,41	1.316,41	RA
1.16.1.0.5.	Composição	07350/ORSE	Lavatório louça de canto (Deca-lzy, ref L-10117 ou similar) sem coluna, c/ sifão cromado, válvula cromada, engate cromado, exclusive torneira	un	1,00	694,60	BDI 1	892,49	892,49	RA
1.16.1.0.6.	Composição	CP-SME-001	BANCADA DE GRANITO CINZA POLIDO, PARA PIA DE COZINHA OU DE BANHEIRO - PARA INSTALAÇÃO DE CUBAS OU PRATELEIRAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M2	9,32	1.015,55	BDI 1	1.304,88	12.161,48	RA
1.16.1.0.7.	Composição	CP-SME-002	RODABANCADA EM GRANITO, ALTURA 10 CM. AF_09/2020	M	33,40	92,19	BDI 1	118,45	3.956,23	RA
1.16.1.0.8.	SINAPI	86937	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	10,00	305,21	BDI 1	392,16	3.921,60	RA
1.16.1.0.9.	Composição	13746/ORSE	Banheira para berçário infantil 84 x 42 x 25cm, em fibra de vidro, com válvula, para instalação em bancada	un	3,00	849,86	BDI 1	1.091,99	3.275,97	RA
1.16.2.			METAIS					-	70.263,67	
1.16.2.0.1.	Composição	12209/ORSE	Torneira Pressmatic Benefit Docol, ou similar	un	1,00	1.465,38	BDI 1	1.882,87	1.882,87	RA
1.16.2.0.2.	SINAPI	86906	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	11,00	64,45	BDI 1	82,81	910,91	RA
1.16.2.0.3.	SINAPI	86909	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	111,92	BDI 1	143,81	143,81	RA
1.16.2.0.4.	Composição	02082/ORSE	Torneira cromada para jardim, DECA 1153C39, 1/2" ou similar	un	1,00	74,96	BDI 1	96,32	96,32	RA
1.16.2.0.5.	Composição	09703/ORSE	Canopla com alavanca para válvula de descarga para deficiente	un	1,00	704,38	BDI 1	905,06	905,06	RA
1.16.2.0.6.	Composição	CP-SME-075	Fornecimento e Instalação de aquecedor elétrico de água 220 V, 6400 W.	UN	3,00	733,06	BDI 1	941,91	2.825,73	RA
1.16.2.0.7.	Composição	01889/ORSE	Espelho plano 4mm	m2	6,12	500,23	BDI 1	642,75	3.933,63	RA
1.16.2.0.8.	Composição	09718/ORSE	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	m2	16,41	573,03	BDI 1	736,29	12.082,52	RA
1.16.2.0.9.	SINAPI	100866	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 60CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	239,12	BDI 1	307,25	614,50	RA
1.16.2.0.10.	SINAPI	100867	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 70 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	250,59	BDI 1	321,98	321,98	RA
1.16.2.0.11.	SINAPI	100868	BARRA DE APOIO RETA, EM ACO INOX POLIDO, COMPRIMENTO 80 CM, FIXADA NA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	258,22	BDI 1	331,79	663,58	RA
1.16.2.0.12.	Composição	12511/ORSE	Dispenser, em plástico, para papel higiênico em rolo	un	12,00	75,42	BDI 1	96,91	1.162,92	RA

RECURSO
↓



CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGOV 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO DO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti			
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 01-26 (DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti	MUNICÍPIO / UF TELÊMACO BORBA	BDI 1 28,49%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
Ampliação CMEI Maria Mazzetti									2.599.192,52	
1.16.2.0.13.	SINAPI	95547	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00	54,79	BDI 1	70,40	492,80	RA
1.16.2.0.14.	Composição	04287/ORSE	Dispenser para toalha interfolhada	un	7,00	54,94	BDI 1	70,59	494,13	RA
1.16.2.0.15.	Composição	CP-SME-005	BANCADA EM INOX (AISI 304), COM RODABANCA 10 CM, PARA PIA DE COZINHA - PARA INSTALAÇÃO DE CUBAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2	0,80	2.361,74	BDI 1	3.034,60	2.427,68	RA
1.16.2.0.16.	SINAPI	86900	CUBA DE EMBUTIR RETANGULAR DE AÇO INOXIDÁVEL, 46 X 30 X 12 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	226,27	BDI 1	290,73	290,73	RA
1.16.2.0.17.	Composição	08759/ORSE	Corrimão em aço inox ø=1 1/2", duplo, h=90cm	m	103,08	309,67	BDI 1	397,89	41.014,50	RA
1.17.			LIMPEZA FINAL DA OBRA					-	6.719,54	
1.17.0.0.1.	SINAPI	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE PISO OU PAREDE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_10/2025	M2	2.516,68	2,08	BDI 1	2,67	6.719,54	RA

Encargos sociais:

Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

As composições e cotações seguem anexas a esta planilha orçamentária. As demais composições não serão enviadas devido ao grande número de páginas. Estas estão disponíveis no arquivo Referência 01-2026 e podem ser encontradas no link: https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-relatorios-mensais/SINAPI-2026-01-formato-xlsx_Retificacao01.zip

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Símbolos da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

TELÊMACO BORBA

Local

quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026

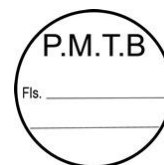
Data

Responsável Técnico

Nome: LEONARDO CANOVA LIMA

CREA/CAU: 181.270/D

ART/RRT: 0



ANEXO II-B

CAIXA

CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
(SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

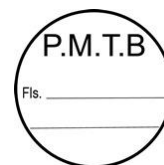
Nº OPERAÇÃO	Nº TGOV	PROponente TOMADOR	APELIDO EMPREENDIMENTO	DESCRIÇÃO DO LOTE
0	0	PREFEITURA MUNICIPAL	Ampliação CMEI Maria Mazzetti	Ampliação CMEI Maria Mazzetti

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
				07/26	08/26	09/26	10/26	11/26	12/26	01/27	02/27	03/27	04/27	05/27	06/27
1.	Ampliação CMEI Maria Mazzetti	2.599.192,52	% Período:	12,69%	12,57%	14,44%	11,26%	17,86%	14,90%	8,92%	7,36%				
		15		#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	#####	-	-	-	-
1.1.	Serviços Preliminares	51.134,76	% Período:	44,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%				
		25		22.499,29	4.090,78	4.090,78	4.090,78	4.090,78	4.090,78	4.090,78	4.090,78	-	-	-	-
1.2.	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	194.031,38	% Período:	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%	12,50%				
		25		24.253,92	24.253,92	24.253,92	24.253,92	24.253,92	24.253,92	24.253,92	24.253,92	-	-	-	-
1.3.	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA	37.178,83	% Período:	100,00%											
		25		37.178,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4.	FUNDAÇÕES	215.959,71	% Período:	100,00%											
		25		#####											
1.5.	SUPERESTRUTURA	596.883,93	% Período:	5,00%	50,00%	45,00%									
		25		29.844,20	#####	#####	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.6.	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRI	24.711,81	% Período:			20,00%	50,00%	30,00%							
		25		-	-	4.942,38	12.355,91	7.413,54	-	-	-	-	-	-	-
1.7.	SISTEMAS PREDIAIS DE ESGOTO SANI	33.093,61	% Período:			20,00%	50,00%	30,00%							
		25		-	-	6.618,72	16.546,81	9.928,08	-	-	-	-	-	-	-
1.8.	INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PL	12.496,46	% Período:					20,00%	60,00%	20,00%					
		25		-	-	-	-	2.499,29	7.497,88	2.499,29	-	-	-	-	-
1.9.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	113.146,93	% Período:			20,00%	50,00%	30,00%							
		25		-	-	22.629,39	56.573,47	33.944,08	-	-	-	-	-	-	-
1.10.	ALVENARIA	88.440,40	% Período:			50,00%	30,00%	20,00%							
		25		-	-	44.220,20	26.532,12	17.688,08	-	-	-	-	-	-	-
1.11.	REVESTIMENTOS	188.688,73	% Período:					40,00%	50,00%	10,00%					
		25		-	-	-	-	74.675,49	93.344,37	18.668,87	-	-	-	-	-
1.12.	PINTURA	149.405,31	% Período:				20,00%	30,00%	50,00%						
		25		-	-	-	29.881,06	44.821,59	74.702,66	-	-	-	-	-	-
1.13.	COBERTURA	308.641,37	% Período:				20,00%	50,00%	30,00%						
		25		-	-	-	61.328,27	#####	91.992,41	-	-	-	-	-	-
1.14.	PISOS	304.944,10	% Período:				20,00%	30,00%	30,00%	20,00%					
		25		-	-	-	60.988,82	91.483,23	91.483,23	60.988,82	-	-	-	-	-
1.15.	ESQUADRIAS	184.565,18	% Período:						60,00%	40,00%					



Secretaria Municipal de
Administração

Rua Wenceslau, 101 Braz



Centro
Borba/PR
8001

l.pr.gov.br



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
(SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PÚBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TGOV 0	PROPONENTE TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL	APELIDO EMPREENDIMENTO Ampliação CMEI Maria Mazzetti	DESCRIÇÃO DO LOTE Ampliação CMEI Maria Mazzetti
------------------	--------------	--	---	--

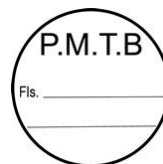
Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1 07/26	2 08/26	3 09/26	4 10/26	5 11/26	6 12/26	7 01/27	8 02/27	9 03/27	10 04/27	11 05/27	12 06/27
1.16.	LOUÇAS E METAIS	113.150,51	% Período:							20,00%	80,00%				
1.17.	LIMPEZA FINAL DA OBRA	6.719,54	% Período:							100,00%					
Total: R\$ 2.599.192,52			%:	12,69%	12,57%	14,44%	11,26%	17,86%	14,90%	8,92%	7,36%				
Período:	Repasso:	-		-	-	-	-	-	-	-	-				
	Contrapartida:	329.735,95		326.786,67	375.353,14	292.551,15	464.118,78	387.365,23	231.870,89	191.410,71					
	Outros:	-		-	-	-	-	-	-	-	-				
	Investimento:	329.735,95		326.786,67	375.353,14	292.551,15	464.118,78	387.365,23	231.870,89	191.410,71					
	%:	12,69%		25,26%	39,70%	50,96%	68,81%	83,71%	92,64%	100,00%					
	Repasso:	-		-	-	-	-	-	-	-	-				
	Contrapartida:	329.735,95		656.522,62	1.031.875,76	1.324.426,91	1.788.545,69	2.175.910,92	2.407.781,81	2.599.192,52					
	Outros:	-		-	-	-	-	-	-	-	-				
	Investimento:	329.735,95		656.522,62	1.031.875,76	1.324.426,91	1.788.545,69	2.175.910,92	2.407.781,81	2.599.192,52					
	Administração Local:			12,50%	25,00%	37,50%	50,00%	62,50%	75,00%	87,50%	100,00%				

serviço da Administração Local:
RACAO LOCAL

TELÊMACO BORBA
Local

quinta-feira, 19 de fevereiro de 2026
Data

Responsável Técnico
Nome: LEONARDO CANOVA LIMA
CREA/CAU: 181.270/D
ART/RRT:



ANEXO III

Modelo de Proposta

Concorrência Eletrônica nº ____/____

Empresa:

Denominação social:

Inscrição estadual ou municipal:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nº do Banco:

Banco:

Agência:

Conta Corrente (com dígito):

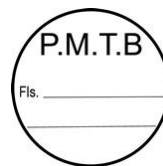
Validade da proposta: 90 dias

LOTE 01			
Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Valor proposto unit	Valor proposto total
Prestação de serviços técnicos especializados para a ampliação do CMEI Maria Mazzetti, localizado na Rua Guatemala, s/nº - Alto das Oliveiras, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos Executivos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo. Conforme Termo de Referência.	GLOBAL		
TOTAL: R\$			

Local e data

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)

Obs.: Juntamente com a proposta de preços, que deverá conter obrigatoriamente todos os dados acima indicados. A proponente deverá apresentar a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro



ANEXO IV

MODELO DE ATESTADO DE VISITA

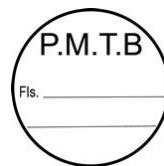
Concorrência Eletrônica nº xx/xxxx

Declaramos que o Engenheiro ou Arquiteto _____, CREA ou CAU nº _____ da proponente _____, devidamente credenciado, visitou o local da execução do(s) serviço(s), do lote _____ objeto da _____ em epígrafe e realizou levantamento das informações necessários para elaboração da proposta comercial e posterior execução.

Telêmaco Borba, ____ de _____ de ____.

(Carimbo, nome, assinatura do Engenheiro da PMTB).

(Carimbo, nome, assinatura do Engenheiro ou Arquiteto da proponente).



ANEXO V

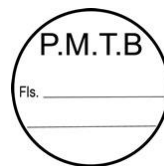
MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Concorrência Eletrônica nº XX/XXXX

A Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que optou pela não realização da visita técnica, e que tem pleno conhecimento do objeto da licitação e de todas as suas peculiaridades, e responsabiliza-se ainda por eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços.

Em _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal da empresa proponente).



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Concorrência Eletrônica nº xx/xxxx

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência Pública, instaurado pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, que se nossa empresa for declarada adjudicatória do objeto:

a) Manterá na obra um Engenheiro Civil ou Arquiteto (**nome, o mesmo que apresentou Acervo Técnico**), (e/ou quantos forem necessários para a execução do objeto), na gerência dos serviços, indicando o nome e o número da inscrição junto ao CREA ou CAU, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à obra objeto da presente licitação,

b) Se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de pessoal técnico para a execução do serviço.

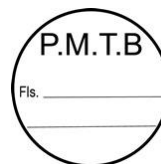
c) Se considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, disporá de equipamentos necessários à execução dos serviços.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal da empresa proponente)

Nome, assinatura e CPF



ANEXO VII

Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2026

____ Nº ____/2026

PROTOCOLO Nº ____/2026

PUBLICADO

Edição nº: _____

Data: ____/____/____ Pág. ____
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ FIRMAM DE
UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO
BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE
OUTRO LADO _____,
CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:**

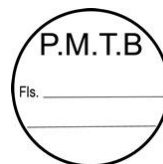
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Rita Mara Araújo**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora do Registro de Identidade Civil n.º 30677250 SSP-PR e do CPF/MF n.º 514.049.159-15, residente e domiciliada nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º _____, com sede à Rua _____, nº _____, _____, na cidade _____, Estado do _____, neste ato representado pelo seu representante, senhor _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado do _____, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. **Prestação de serviços técnicos especializados para a ampliação do CMEI Maria Mazzetti, localizado na Rua Guatemala, s/nº – Alto das Oliveiras, com fornecimento de material e mão de obra**, nas quantidades e valores descritos na Requisição ao Compras em anexo ao processo licitatório e descrição abaixo, nas condições estabelecidas nesse documento e conforme termo de referência.

1.2. Objeto da contratação:



ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UN.	VALOR TOTAL
Ampliação do CMEI Maria Mazzetti	1	R\$ 2.599.192,52	R\$ 2.599.192,52

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O Termo de Referência;

1.3.3. Processo Licitatório;

1.3.4. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 16 meses contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 29.216, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

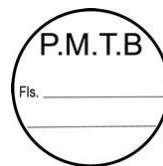
3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29.203 e 29.216, ambos de 2023).



3.7. O fiscal técnico do contrato, XXXXXXXXXX, **matrícula** XXXXX , acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

3.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.7.2 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, os fiscais técnicos do contrato emitirão notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, XXXXXXXXXX , **matrícula** XXXXXXXX, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, os fiscais técnicos do contrato comunicarão o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

3.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

3.9. O fiscal administrativo do contrato, XXXXXXXXXX, **matrícula** XXXX, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

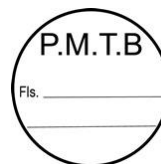
3.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



3.15. O fiscal técnico do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.17. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

3.18. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

Condições de execução

3.19. O prazo de execução é de 08 (oito) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

3.20. As etapas dos serviços a serem realizados, cronogramas, local de prestação do serviço, métodos e demais especificações devem ser respeitados conforme apresentado no termo de referência, projetos, memoriais descritivos, edital e seus anexos.

3.21. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual como um todo.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR

5.1. O valor total da contratação é de **R\$** _____
(_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pela comissão de fiscalização, que será composta pelo fiscal técnico _____, matrícula _____, pelo fiscal administrativo do contrato, _____, matrícula _____ e pelo gestor do contrato _____, matrícula _____, mediante termo detalhado, quando da execução do objeto.

6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



6.3. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor de contrato, mediante termo detalhado elaborado com fundamento no relatório do fiscal, que ateste o cumprimento das obrigações contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.10. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

6.11. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.12. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.13. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.14. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela controversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



CLÁUSULA SETIMA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

I. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 07 (sete) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

II. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

IV. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

V. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Prazo de pagamento

I. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

II. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

I. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;

II. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

IV. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

V. Serão realizadas medições parciais conforme os serviços forem corretamente executados e aprovados pela fiscalização;

VI. O pagamento será realizado mensalmente de acordo com o cronograma de execução;



VII. Para pagamentos das medições conforme o cronograma físico-financeiro, a contratada deverá fornecer os seguintes documentos:

Primeira medição:

Nota fiscal;

Folha de medição nº ...;

Ordem de serviço;

Declaração do gestor de contratos;

Alvará de construção/ampliação e/ou reforma;

ART e/ou RRT referente a projetos da obra;

ART e/ou RRT do responsável pela execução da obra;

ART e/ou RRT do responsável pela fiscalização da obra;

Matrícula CNO da obra;

Diário de obras;

Relação de funcionários;

Ficha de registro;

Folha de pagamento;

Cartões ponto dos funcionários;

Rescisão de contrato se houver;

Cópia da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria;

Declaração do Fiscal de que os pagamentos dos funcionários estão de acordo com a legislação vigente e CCT;

Conectividade social;

GFIP;

SEFIP;

Guia INSS quitada/restituição - RFB E REL. COMP;

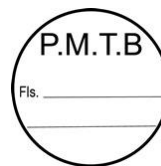
GRF – Guia de recolhimento do FGTS;

CND Municipal;

CND Estadual;

CND Federal;

CND FGTS – CRF;



CND Previdenciária;

CND Trabalhista.

Medições intermediárias:

Nota fiscal;

Folha de medição nº ;

Matrícula CNO da obra;

Diário de obras;

Relação de funcionários;

Ficha de registro;

Folha de pagamento;

Cartões ponto dos funcionários;

Rescisão de contrato se houver ;

Declaração do Fiscal de que os pagamentos dos funcionários estão de acordo com a legislação vigente e CCT;

Conectividade social;

GFIP;

SEFIP;

Guia INSS quitada/restituição - RFB E REL. COMP;

GRF – Guia de recolhimento do FGTS;

CND Municipal;

CND Estadual;

CND Federal;

CND FGTS – CRF;

CND Previdenciária;

CND Trabalhista.

Medição final:

Nota fiscal;

Folha de medição nº ...;



Declaração do gestor de contratos;
Matrícula CNO da obra;
CND da obra junto ao INSS;
Termo de recebimento provisório;
Diário de obras;
Relação de funcionários;
Ficha de registro;
Folha de pagamento;
Cartões ponto dos funcionários;
Rescisão de contrato se houver;
Declaração do Fiscal de que os pagamentos dos funcionários estão de acordo com a legislação vigente e CCT;
Conectividade social;
GFIP;
SEFIP;
Guia INSS quitada/restituição - RFB E REL. COMP;
GRF – Guia de recolhimento do FGTS;
CND Municipal;
CND Estadual;
CND Federal;
CND FGTS – CRF;
CND Previdenciária;
CND Trabalhista.

VIII. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

IX. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

8.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Será considerado como data base para o reajuste o período entre a data do orçamento e a data de aniversário do contrato.

8.4. a data do orçamento estimado.

8.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.11. A formalização de termo aditivo, com a manutenção das demais cláusulas em vigor, sem ressalvas em relação ao reajustamento de preços, bem como o término da vigência do contrato, sem que o contratado tenha pleiteado o reajuste, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis no período.

8.12. O disposto no item 8.9 não impede o contratado de pleitear os reajustes futuros, se houver, respeitada a data base e periodicidade definidas nos itens 8.1 e 8.2

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas;

9.2. Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos serviços;

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o serviço pactuado;

9.4. Recusar o serviço na hipótese de desconformidade com as especificações solicitadas;

9.5. Comunicar por escrito à contratadas quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

9.6. Comunicar por escrito, à contratada o não recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, ou na proposta apresentada;

9.7. Exercer a fiscalização dos serviços mediante técnico e engenheiro designado pela Secretaria Municipal de Educação;



9.8. Notificar à contratada qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços, através de documentação formal;

9.9. As demais obrigações deverão proceder conforme memorial descritivo em anexo.

9.10. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10. Obedecer às especificações, observando a qualidade e prazos exigidos neste termo de referência;

10.1. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, por sua culpa ou dolo durante a execução do contrato, não eximindo sua responsabilidade com a fiscalização ou o acompanhamento por ventura efetuado pelo contratante;

10.2. Realizar os serviços no local indicado, devendo fornecer material, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços e da totalidade da obra;

10.3. Realizar os serviços conforme orientação do técnico responsável da Secretaria Municipal de Educação e do engenheiro fiscal da obra;

10.4. A contratada deverá enviar seus técnicos devidamente identificados, com crachá e uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;

10.5. Caso haja defeitos de acabamento originados pela contratada, estes deverão ser refeitos por esta, sem ônus para o Município;

10.6. A coordenação dos trabalhos será executada por profissionais habilitados e especializados, com registro no CREA e/ou CAU, os quais deverão ser os mesmos indicados pela Contratada como integrantes da sua equipe técnica;

10.7. Será admitida a participação de outros profissionais, além dos declarados como responsáveis técnicos, desde que em caráter complementar e fornecidas as respectivas ARTs e/ou RRTs, abrangendo os serviços executados;

10.8. Obter todas as licenças e aprovações necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados, perante órgãos municipais, estaduais, e federais, pagando emolumentos e taxas correspondentes, observando as leis, regulamentos e códigos de posturas;

10.9. Cumprir quaisquer outras formalidades que vierem a ser necessárias e ao pagamento de custas e multas porventura impostas por autoridades municipais, estaduais e federais;

10.10. Antes de iniciar os trabalhos, deverá providenciar as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) no CREA e/ou Registro de Responsabilidade



Técnica (RRTs) relativas aos serviços objeto deste termo, entregando ao Fiscal da Obra a via do proprietário devidamente quitada;

10.11. Respeitar rigorosamente, no que se refere a todos os profissionais envolvidos nos serviços, a legislação vigente sobre tributos, trabalho segurança, previdência social e acidentes de trabalho, por cujos encargos se responsabilizará;

10.12. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames médicos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes anualmente;

10.13. Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais a serem utilizados na execução dos serviços até o local indicado pela contratante, como também pelos custos a ele inerentes;

10.14. Responsabilizar-se pela guarda dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;

10.15. Fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços em perfeitas condições de uso;

10.16. Providenciar para que os materiais, mão-de-obra e demais suprimentos estejam em tempo hábil no local de execução dos serviços;

10.17. Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolamentos térmicos que deverão ser feitos de material incombustível ou auto extingüível;

10.18. Comunicar imediatamente à fiscalização quaisquer ocorrências de fato anormal ou extraordinário que ocorra no local dos serviços;

10.19. Evitar as interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços;

10.20. Manter limpo, livre e desimpedidos de sujeiras e restos de materiais, os locais de realização dos serviços, bem como todos os acessos e demais dependências das edificações utilizadas;

10.21. Realizar levantamento prévio, certificando-se que não haverá danos a outras instalações existentes (elétrica, hidráulica, entre outras) para instalação ou realização dos serviços;

10.22. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas no total ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados durante o prazo de garantia dos materiais ou serviços;

10.23. Assumir a imediata reparação, restaurando as condições originais da edificação se ocorrer qualquer dano ou avaria, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho;

10.24. As demais obrigações deverão proceder conforme memorial descritivo em anexo.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por dolo ou culpa do contratado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - multa: moratória ou compensatória;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2. A aplicação das sanções, inclusive a advertência, será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo é do Chefe do Poder Executivo Municipal, ou de quem dele receber delegação de competência.

11.4. A penalidade será aplicada pelo Secretário da pasta a que o contrato está vinculado.

11.5. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

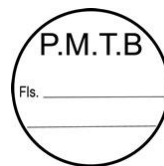
11.6. A Administração Municipal tem o dever de instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa, em virtude de inexecução contratual, salvo se comprovado que o descumprimento decorreu de culpa da própria Administração, caso fortuito, força maior ou fato imputável exclusivamente a terceiros.

11.7. O fiscal do contrato, após registrar em relatório o descumprimento contratual, deverá reportar a situação ao gestor de contrato, a quem caberá solicitar ao Chefe do Poder Executivo Municipal autorização para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

11.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

11.9. O procedimento para aplicação de penalidades administrativas é o expresso no Decreto nº 29.216, de 13 de março de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29, do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. Este contrato poderá ser extinto:

a) por ato unilateral e escrito da Administração Municipal, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração Municipal e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;

c) determinada por decisão judicial.



12.9. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- e
- c) pagamento do custo da desmobilização.

12.11. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração municipal;
- b) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA

13.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº. 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual.

13.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

13.3 Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.4 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

13.5 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 13.8 deste contrato.

13.6 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.7 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

13.9 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 13.8, observada a legislação que rege a matéria.

13.10 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

13.11 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.12 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

13.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da data em que for notificada.

13.14 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.15 O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.16 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

13.17 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

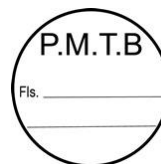
13.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.19 O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

13.20 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

13.21 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

13.22 O prazo de garantia para todos os serviços executados deste termo de referência, memorial descritivo e projetos deverá ser de no mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Artigo 618 – Lei



10406/02, do Código Civil Brasileiro (o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, vícios ou defeitos ficando responsável por todos os encargos decorrentes).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

14.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ENCARGOS

15.1. Correrá à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária incidente em face da presente contratação, que deverá ser comprovada ao **CONTRATANTE**, isentando o **CONTRATANTE** de tais ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021,



bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

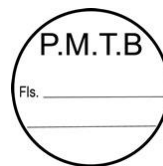
19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

19.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – DO FORO



20.1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, independentemente de qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Telêmaco Borba, __ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.170.240/0001-04

Rita Mara Araújo
Prefeita

CNPJ nº _____

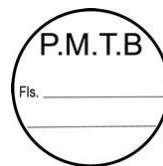
Contratada

xxxxx Matricula
Matricula

Gestor do Contrato

xxxxxxxxx

Fiscal do Contrato



Testemunhas:

Rodrigo Otavio Safraiter

Matricula 10321

Franklin Xavier

Matricula 9610